

NOVOS RUMOS

ANO V — Rio de Janeiro, 22 e 28 de novembro de 1963 — Nº 248

Ameaças de Golpe: Aumenta a Pressão Dos Trustes lanques

Leia reportagem na 8ª página e Editorial na 3ª página

Luta Deve Continuar Para Derrubar Projeto Que Libera Aluguéis

Os trabalhadores já estão mobilizados e iniciaram a luta efetivamente contra o projeto Tancredo Neves que libera os aluguéis. Uma comissão de dirigentes sindicais do CGT e da CNTI já esteve em Brasília e fez ver aos deputados que os trabalhadores e o povo não aceitarão passivamente a escorcha que está sendo tramada no Congresso. Entidades populares, a Liga Feminina da Guanabara, associações de inquilinos estão realizando manifestações e enviando centenas de abaixo-assinados, telegramas e mensagens aos deputados e senadores exigindo a prorrogação pura e simples da lei do inquilinato e a derrubada definitiva do projeto Tancredo.

Uma vitória parcial já foi conseguida. Decidiu a Comissão de Justiça da Câmara prorrogar a atual lei até julho de 1964 — embora com emenda que libera os aluguéis de moradias com área superior a 120 metros. Entretanto, anuncia-se que a partir daquele mês o projeto Tancredo Neves se transformará em lei. Contra esta manobra é que deve continuar a luta. O objetivo é derrubar de uma vez o projeto do líder da maioria e dos udenistas, impedir que a Câmara utilize-o para golpear criminosamente o povo com a liberação dos aluguéis. (Leia na 6ª página reportagem sobre o assunto).

PE: 200 MIL ASSALARIADOS AGRÍCOLAS EM GREVE POR AUMENTO DE SALÁRIOS

Reivindicando o fim de um regime salarial que os situava em níveis abaixo do mínimo necessário para sobreviver, duzentos mil assalariados agrícolas das plantações de cana pernambucanas encontram-se em greve desde zero hora do dia 18. Querem que o aumento venha sem que seja necessário elevar o preço do açúcar (e os usineiros podem pagar). Reportagem na 2ª página.

Insurreição de 35 Foi Luta Patriótica e Antiimperialista

Há 38 anos, nas cidades de Natal, Recife e Rio, insurgiram-se contra a ditadura e o fascismo em marchas oficiais, soldados e trabalhadores. Marcaram aqueles dias de novembro páginas inolvidáveis na história das lutas do nosso povo em defesa das liberdades, contra o imperialismo e pelo progresso do Brasil. Sobre novembro de 35 e as lutas daquele ano crucial para a democracia brasileira, dedicamos nossa 5ª página. Nela o leitor encontrará artigos de Luiz Carlos Prestes, Astrojildo Pereira, Leivas Otero e o depoimento de um oficial participante das lutas no Recife.



Greve da Sorocabana Poderá Paralisar Trêns em Todo o País

Continuava ontem — quarta-feira — a greve da Sorocabana. As primeiras horas de hoje, não tendo havido acordo, entrariam em greve os ferroviários da Santos a Juiz de Fora, primeiro escalão destacado para paralisar as atividades em solidariedade aos companheiros da Sorocabana. No resto do Brasil, os ferroviários mantêm-se em estado de alerta, também prontos a irem à greve no momento oportuno. Verifica-se, também, uma mobilização em São Paulo e Santos, dos trabalhadores ligados ao PAC e ao Fórum Sindical de Debates tendo em vista ações de solidariedade aos grevistas da Sorocabana. Responsável por esta situação é Ademar, que assinou acordo com os ferroviários e agora não quer cumpri-lo. Sobre a greve, veja matérias nas páginas 3 e 7.

CAMPONESES FLUMINENSES FESTEJARAM O DIA DO REGISTRO DA FEDERAÇÃO

Segunda-feira, dia 18, em Niterói, realizaram-se entusiásticas manifestações, delas participando milhares de camponeses (veja foto ao lado). Festejaram os lavradores e assalariados agrícolas o reconhecimento oficial da Federação de Sindicatos Rurais do Estado. As solenidades compareceram, entre outros, os deputados Adão Pereira Nunes e Bocayuva Cunha, o presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, dirigentes sindicais e estudantis. Reportagem na 2ª página.

A cidade está ameaçada por uma nova onda aumentista. O governador Lacerda exige que a Assembléia aprove um orçamento que trará consigo um aumento de impostos e da tarifa de água capazes de levar a carência neste Estado infelicitado a alturas incríveis. Para que quer o governador este dinheiro? Para obras que realmente resolvam os problemas fundamentais do carioca, problemas que aí estão a desafiar diariamente a paciência de cada um dos habitantes desta cidade que se convencionou chamar de Maravilhosa? Não. Para obras de fachada, que não alterarão em nada a fisionomia social e

econômica deste Estado, mas que servirão como uma luva para os objetivos que ele se propõe: enganar uma parte do povo brasileiro a respeito das realizações suas como administrador. Quer o dinheiro para afogar a cidade com a publicidade avassalante no rádio e na televisão, nos jornais e revistas de todo o País. Quer que o carioca pague os centímetros de publicidade nos jornais e os minutos no rádio e na televisão com uma parte do feijão e do arroz que devia comer, com a água que paga mesmo sem ela sair da torneira. (Reportagem na 6ª página).

Lacerda Arranca Bilhões do Povo Para Esbanjar na Campanha Eleitoral

Pernambuco: Greve Total na Lavoura do Açúcar

I ENCONTRO DOS FERROVIÁRIOS DO NORTE E NORDESTE

Agostinho de Oliveira

Realizou-se nos dias 12 a 15 de novembro em Fortaleza (Ceará), o I Encontro dos Ferrovários do Norte e Nordeste do País. Ao mesmo tempo, compareceram 182 delegados de 11 Estados e do Território de Rondônia.

O Encontro dos ferroviários teve por objetivo a conquista da igualdade de condições para os ferroviários da RFFSA da região, nas questões econômicas e políticas. Criação de Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários (IAPF), reforçamento da unidade e organização dos ferroviários, importância das ferrovias no desenvolvimento da Região, modificações na estrutura sindical do País e as Reformas da Estrutura da Nação Brasileira.

A instalação do Encontro realizou-se com o comparecimento das autoridades estaduais, representantes do Comando da Região Militar, do Pacto de Unidade Sindical, de Representantes da UNE e da União Estadual dos Estudantes. A sessão solene de instalação foi uma festa popular de confraternização dos ferroviários do Norte com os seus irmãos do Nordeste.

O Encontro caracterizou-se como um conclave nacionalista, onde os ferroviários aprovaram sob aplausos entusiásticos várias teses, como a Eletrificação das Ferrovias, a Reforma Urbana (Projeto Sérgio Magalhães), Reforma Agrária Radical, Reforma Eleitoral com a elegibilidade de todos alistáveis, inclusive os soldados, marinheiros e os analfabetos, Reforma Bancária (Projeto da CONTEC), sendo ainda aprovadas várias moções e recomendações referentes aos problemas específicos dos ferroviários.

O I Encontro do Norte e Nordeste foi enfim uma preparação do VII Congresso Nacional dos Ferrovários a realizar-se no Recife dos dias 18 a 21 de janeiro de 1964. Neste conclave os ferroviários de todo o País estarão representados a fim de homologar resoluções do I Encontro e aprovar novas e novas reivindicações dos ferroviários em âmbito nacional.

Guanabara

Marceneiros em campanha

Os trabalhadores marceneiros começaram a campanha pela conquista de aumento salarial. Reivindicam os oficiais de marcenaria uma majoração salarial de ordem de 100% sobre o salário vigente. O contrato atual termina no dia 31 de dezembro.

Papeleiros: 100%

Os trabalhadores na indústria de papel encontram-se em plena luta pela conquista de 100% de aumento salarial. Nesse sentido foi realizada grande assembleia dia 14 último, oportunidade em que foi redigido o ofício, encaminhado pelo Sindicato aos patrões.

Trabalhadores em pedraria recusam

Os trabalhadores na indústria de pedraria da Guanabara recusaram o aumento de 75% sobre o salário-mínimo oferecido pelos patrões, porém com vigência a partir de 1964.

Exigem o aumento de 75%, mas a partir de dezembro. Já realizaram várias mesas-redondas com empregadores do DNT. A última teve lugar segunda-feira, dia 18.

Ferrovários: churrasco

Os trabalhadores da Leopoldina oferecerão amanhã um churrasco em homenagem à família presidencial por motivo da passagem natalícia de João Vicente.

A festa transcorrerá na residência do presidente da Rede Ferroviária Federal, à Estrada do Frões, nº 271, entre as praças de Icaraí e Saco de S. Francisco, em Niterói.

Professores lutam por rescisão

Tendo em vista a intransigência dos patrões, os mestres cariocas resolveram movimentada assembleia tomar as seguintes medidas:

- a) deflagrar greve geral na oportunidade em que o Sindicato achar conveniente; b) denunciar o acordo salarial vigente, cujo término está marcado para março vindouro, levando em consideração a elevação brutal do custo de vida; c) reivindicar dissídio coletivo à Justiça, pleiteando aumento de 100% sobre o salário atual, com imediata vigência.

Radialistas: mesa-redonda, passeata e assembleia

Os radialistas da Guanabara e de outros Estados, representados pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão, têm reunião hoje, em mesa-redonda, com os diretores de estações de radiodifusão para entendimentos. O encontro será no DNT. Enquanto o encontro estiver se processando os radialistas promoverão uma passeata pela avenida principais da cidade visando esclarecer o povo em relação às suas justas reivindicações. A concentração inicial será na Praça Mauá, partindo dali para as escadarias do Teatro Municipal. Logo após a passeata, os radialistas realizarão uma assembleia-geral para examinar o resultado dos entendimentos.

Caso os patrões mantenham-se intransigentes na reunião, uma greve de caráter nacional poderá silenciar as emissoras de rádio e televisão.

A greve dos camponeses pernambucanos paralisou 90% da agroindústria açucareira. Pleiteiam reajuste salarial de 80%, já que percebem atualmente a diária de apenas Cr\$ 503,00, ou seja, um salário mensal de cerca de 15 mil cruzeiros.

O movimento, que conta com a solidariedade dos operários das usinas, foi decretado pelos camponeses no dia 17 último, domingo, quando, concentrados na praça Dantas Barreto após a reunião de seus líderes com o governador Miguel Arraes e os empregadores, foram comunicados de que estes só atenderiam às suas reivindicações caso o preço do açúcar fosse majorado.

Contra Majoração

Os camponeses já haviam deliberado previamente que não permitiriam fosse o atendimento de suas reivindicações condicionado ao aumento do preço do açúcar. Em nota divulgada pela imprensa na semana passada, assinalavam que "lutamos por aumento de salário. Mas não podemos condicionar um tal aumento à elevação do preço do açúcar ou de qualquer outro produto. Nossa luta visa à própria sobrevivência, é uma luta de trabalhadores. Ainda mais: é a luta dos trabalhadores mais injustiçados e espoliados. Não pode, por isso, ser uma luta que favoreça à carestia de vida — uma de nossas maiores inimigas".

A Paralisação

A greve de 200 mil trabalhadores rurais de Pernambuco atingiu todos os engenhos particulares e usinas. A imprensa de Recife divulga que a paralisação é total nos municípios de Nazaré da Mata, Palmara, Escada, Barreiros, Vitória de Santo Antão e Jaboatão.

Solidariedade Operária

Os operários das usinas de açúcar resolveram paralisar seu trabalho, em resposta ao pedido de solidariedade dos camponeses em

greve. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, em manifesto dado a público, afirmou ser imprescindível "a aliança dos nossos esforços — dos operários e dos camponeses — para efetivar um alto nível de organização sindical e obter dos patrões e do governo o que é devido aos trabalhadores". E, confirmando sua solidariedade, finalizou: "Campanheiros trabalhadores da lavoura açucareira, nossa greve será total e atingirá também as fábricas de açúcar. Viva a unidade dos trabalhadores das usinas e dos engenhos!"

Arraes Apóia

Após a assembleia em praça pública, no domingo passado, os camponeses foram recebidos em Palácio pelo governador Miguel Arraes, que lhes declarou ser a sua luta a mesma travada por todo o povo brasileiro contra a exploração estrangeira. "A causa mais profunda da nossa miséria é a nossa fome". Em seguida, sublinhou a necessidade da união entre os trabalhadores rurais e urbanos, lembrando que, graças à união e à organização dos trabalhadores rurais, fruto de "duros trabalhos e sacrifícios", saíram plenamente vitoriosas as campanhas promovidas pelos camponeses pernambucanos nos últimos 7 meses, objetivando o recebimento do salário-mínimo de 13.º salário. E essa união e organização, juntou Arraes, fizeram com que as campanhas salariais deixassem de ser consideradas como simples agitação pela

Ajuda a NOVOS RUMOS

	Cr\$
Hoteleiros (Rio-GB)	1.270,00
Elias Nicolau Martins (Rio-GB)	2.000,00
Marlindo Patriota (Rio-GB)	2.000,00
Amigo da Bulgária (Rio-GB)	1.000,00
Roberto Macário — PST (Missão Velha — CE)	500,00
Operários da Ilha do Viana (Rio-GB)	25.000,00
Amigos de Olaria (Rio-GB)	1.100,00
Barbeiro de Colégio (Rio-GB)	100,00
Um amigo (Petrópolis — RJ)	1.000,00

UMA BOA EXPERIÊNCIA

A exemplo do ano passado, PPS (Problemas da Paz e do Socialismo), revista teórica de estudos marxistas e de informação internacional, iniciou em outubro p.p. a subscrição de assinaturas para 1964. Se você pretende de ser bem informado e esclarecido do ponto de vista marxista sobre as transformações do mundo moderno, peça sua assinatura até o fim do ano, beneficiando-se das seguintes vantagens: assinatura anual Cr\$ 1.600,00, com a bonificação de 10%. Você receberá ainda, inteiramente grátis, os números de outubro, novembro e dezembro, e mais um folheto das edições Paz e Socialismo.

Pedidos a H. Cordeiro, Rua da Assembleia, 34, sala 304, Rio — Guanabara. Você poderá ser atendido pelo Reembolso.

Nota: Não atendemos mais a pedidos de assinaturas para início em 1963.

Livros que o Povo Aguardava:

- 1 — Como o Brasil Ajuda os E.U.A. — De Arnaldo Ramos
- 2 — A Terceira Guerra — de Lucio Machado
- 3 — Em Agosto Getúlio Ficou Só — De Almir Matos
- 4 — Inflação, Arma dos Ricos — De Faustino Dupertino

COLEÇÃO «REPORTAGEM»

Do Centro Popular de Cultura da U.N.E. Preço por exemplar: Cr\$ 300,00. Pedidos pelo reembolso postal à EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA. Rua Leandro Martins, 74-1.º andar, Rio de Janeiro — GB

opinião pública. "apesar de não ainda pelos reacionários e retrógrados do lado do". Finalizando, a sinalizou que, se não fosse conseguido pelo ministro do Trabalho um acordo entre empregados e empregadores, o problema ficaria nas mãos das assembleias sindicais. Mas asseverou: "a única solução para o movimento é a concessão do aumento de 80% pleiteado pelos lavradores".

Tiroteio em Jaboatão

Quando se processava a reunião em Palácio, chegaram notícias do primeiro grave incidente no curso da greve: o delegado sindical João Alves da Silva, pai de sete crianças, fora abalido a tiros pelo administrador do Engenho Capelinha, da Usina Muribeca, no município de Jaboatão. Do tiroteio, saíram gravemente feridas outras duas pessoas. O incidente só não tomou proporções mais vastas porque os moradores do engenho, revoltados, dominaram o administrador assassino e o desarmaram.

CGT

Durante a reunião de domingo na praça Dantas Barreto, tomou a palavra o sr. Osvaldo Lourenço, repre-

sentante do Comando Geral dos Trabalhadores, que tranquilizou aos trabalhadores rurais pernambucanos a solidariedade do órgão à greve por eles decretada. O representante do CGT, que é dirigente português em São Paulo, referiu-se à recente greve dos 70 mil ocorrida em São Paulo, denunciando a violência policial com que Ademar de Aguiar pretendia sufocar os justos reclamos dos trabalhadores.

Amauri: «Greve Justa»

No segunda-feira, ao desembarcar no aeroporto de Guararapes, o ministro do Trabalho, Amauri Silva, expressou sua opinião de que "toda greve motivada por pleito salarial é justa".

A presença em Pernambuco do ministro do Trabalho e também do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, sr. Gomes Maranhão, tem por fim encontrar uma fórmula que dê termo à greve. Deverão opinar sobre o que exigem os usineiros: elevação do preço do açúcar e concessão, pelo Banco do Brasil, de moratória às suas dívidas (que ascendem a centenas de milhões de cruzeiros). Se se forem atendidos nestas exigências é que estarão dispostos a elevar os míseros salários que pagam aos camponeses.

Milhares de Camponeses Fluminenses Festejam Reconhecimento da Federação

Milhares de lavradores e assalariados agrícolas do Estado do Rio reuniram-se segunda-feira última, em Niterói, realizando uma série de manifestações que culminaram com grandioso ato público na sede do Sindicato dos Operários Navais, e a entrega solene de cartas sindicais a dezenas de sindicatos rurais do Estado e à Federação dos Sindicatos de Lavradores e Assalariados Agrícolas do Estado do Rio. Desde as 14 horas, lavradores procedentes dos mais distantes pontos do Estado concentraram-se no Jardim São João. Portando faixas e cartazes alusivos às suas reivindicações, notadamente à reforma agrária com modificação da Constituição, os camponeses, que uma hora depois se contavam aos milhares, dirigiram-se em passeata à Assembleia Legislativa, onde teve lugar uma manifestação, deslocando-se mais tarde para a sede do Sindicato dos Operários Navais.

Reforma Agrária e Organização

A necessidade da organização dos assalariados agrícolas e lavradores em sindicatos e federações que dirijam as lutas por suas reivindicações foi a nota dominante das manifestações. Sem organização e luta dos camponeses não haverá a reforma agrária que o povo e as próprias necessidades

LIVROS MARXISTAS?

Se você deseja adquirir livros marxistas e nacionalistas em português, escreva-nos, sem demora, solicitando catálogos. Temos tudo o que aparece de melhor. Cartas para: Agência Intercâmbio Cultural — Rua 15 de Novembro, 228-2.º s/209 São Paulo

Reforma Agrária é a Solução

O reajustamento salarial jamais foi motivo para a concessão de moratória, e o pedido dos usineiros pernambucanos é um caso inédito — afirmaram alto funcionários do Banco do Brasil.

Por sua vez, o sr. João Pinheiro Neto, presidente da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), declarou que "a situação criada nos lavradores pernambucanos é mais um sintoma do que urge resolver-se imediatamente, a reforma agrária. É um atestado direto, inequívoco, verdadeiro, concreto".

Disse ainda que a concessão de vantagens creditícias aos usineiros é a prova de sua fraqueza econômica e o sintoma de que a nossa realidade rural se acha economicamente ultrapassada.

Sublinhando que a moratória seria apenas um mero paliativo, o presidente da SUPRA finalizou: "O fundamental, a providência acertada para solucionar tais problemas, é a realização imediata da reforma agrária, a fim de quebrar o atual estatuto da terra, que é medieval, arcaico e não mais pode subsistir. É preciso mudá-lo, e já."

Plano Agrário

Durante a manifestação de segunda-feira, os lavradores e assalariados agrícolas reclamaram do governador. Badger Silveira a substituição do padre José Carvalho, que à frente do Plano Agrário vem realizando uma política que contraria os interesses legítimos dos camponeses fluminenses.

As Cartas Sindicais

Dezenas de sindicatos receberam suas cartas sindicais, assim como a Federação dos sindicatos do Estado do Rio. De realce é este último fato, e a Federação

fluminenses, a primeira reconhecida pelo Ministério do Trabalho. A entidade agora reconhecida oficialmente, tem a seguinte diretoria: presidente, José Puzos da Silva; secretário, Bráulio Rodrigues; tesoureiro, Manoel Ferreira Lima; diretor técnico, Albino Alves dos Santos, e procurador, Everaldo Almeida Valadares. Como representantes no Conselho da Confederação foram eleitos: José Puzos, Lyndolpho Silva, Bráulio Rodrigues e Odário de O. Barros.

Edições Paz e Socialismo

o que há de mais útil e oportuno nos folhetos

a fôrça do comunismo está em sua unidade e leninismo em ação	Cr\$ 150,00
pela independência nacional	Cr\$ 250,00
a estrutura da classe operária dos países capitalistas	Cr\$ 450,00
problemas da frente única anticolonialista	Cr\$ 350,00
rumo a novas vitórias do movimento comunista mundial (N. S. Kruschov)	Cr\$ 125,00

Em espanhol e francês — Atende-se pelo reembolso — Pedidos e valores em nome de H. Cordeiro, Rua da Assembleia 34, salas 204 e 304, rio — gb

Últimos lançamentos da Editorial Vitória

Trabalho Assalariado e Capital, de Karl Marx 2.ª edição/Preço Cr\$ 220,00
Salário, Preço e Lucro, de Karl Marx 3.ª edição/Preço Cr\$ 300,00
Nestes dois trabalhos, Marx apresenta, de forma popular, uma profunda análise teórica das relações econômicas da sociedade capitalista.
A Origem da Vida, de A. Opárin 3.ª edição/Preço Cr\$ 600,00
A Albumina e a Vida, de A. Braustein 2.ª edição/Preço Cr\$ 350,00
A resposta científica ao problema do aparecimento da vida em nosso planeta e uma exposição amplamente documentada da função da albumina na organização da matéria viva, apresentadas de maneira acessível pelos dois biólogos soviéticos.
A venda nas livrarias — Pedidos à Editorial Vitória Limitada, Rua Juan Pablo Duarte, 50 — sobrado, Caixa Postal 165 22-00. Telefone: 22-1613 - Rio-GB. Atende-se pelo reembolso postal. Envia-se catálogo, a pedido.

Jornalistas fixam em 1964

Em assembleia geral realizada na sede do Sindicato, na segunda-feira, dia 18, os jornalistas profissionais cariocas resolveram fixar em 1964 o aumento a ser pleiteado na próxima reunião sem desconto dos 30% realizados em junho de 1963.

Reivindicam ainda os jornalistas um aumento de 25% de quatro em quatro meses (iniciando em abril) e um aumento de 1% por ano de serviço na mesma empresa, além de reivindicações específicas para os chefes de equipes.

Os jornalistas marcarão nova assembleia para amanhã, sexta-feira, às 15 horas, no sindicato da categoria. Nessa reunião será traçado o rumo a tomar tendo em vista os contatos mantidos com os proprietários durante a semana.

Metalgênicos: reunião e festa

No próximo dia 29 será realizada no Sindicato dos Metalúrgicos uma reunião dos delegados de fábrica, enquanto para o dia 23 o Comissão de Recreação programou um balé para os associados.

Aeronautes e aeroviários acusam VARIG

Os sindicatos dos aeronautas e aeroviários lançaram manifesto denunciando irregularidades que ocorrem na Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG).

Consta do documento, enviado também ao Ministério do Trabalho, a denúncia de perseguições a funcionários, demissão em massa de trabalhadores, entre os quais 45 aeronautas e mais de 200 aeroviários, e violação das leis trabalhistas.

Exigem os trabalhadores, que estão empenhados em grande luta por aumento salarial, das autoridades ministeriais, que se ponha um parêntese a tudo isso.

As Autoridades, Aos Trabalhadores e ao Povo

Neste momento em que Minas levanta a sua voz contra a política antinacional de minérios e para exigir a cessação do insuportável processo espoliativo, que de seu solo tudo leva nada lhe deixando, o COMANDO ESTADUAL DOS TRABALHADORES julga de seu dever afirmar as posições que sempre sustentou, certo de bem interpretar os sentimentos dos trabalhadores do Estado — as maiores vítimas, afinal, desse processo de depauperamento de nossa economia.

Por isso é que apóia as providências que o Governo do Estado vem tomando pelo progresso de Minas e de seu povo, especialmente no que concerne:

I — A uma Reforma Agrária que promova a elevação rápida do baixíssimo nível de vida dos trabalhadores do campo e o aumento constante da produção agrícola, donde a efetiva baixa do custo de vida; e para isso julgamos indispensável a emenda do Art. 141 da Constituição no seu parágrafo 16;

II — à exploração de nossas riquezas minerais pelo próprio Governo, para o qual devem ser transferidas as concessões canceladas pelo grande patriota Gabriel Passos, riquezas que, todavia, ainda se encontram em mãos de trustes internacionais, odiadas e odiadas, como a HANNA, a DEMA, a BETHLEHEM, a U.S. STEEL e outras. Que os nossos minérios passem para as mãos do povo; que passem a ser utilizados para elevar o nosso nível de vida e não para aciar os trustes impiedosos, como até aqui, que a Reforma Tributária corrija a tremenda injustiça que os nossos municípios e o nosso Estado sofrem, no tocante ao imposto sobre minérios, tanto em seu valor como em sua distribuição; que a METAMG, devidamente aparelhada, participe diretamente da exploração de nossos minérios, de acordo com os altos interesses nacionais e estaduais, para o que advogamos a celebração de convênios entre o Governo Federal e o Estadual.

III — à defesa das liberdades democráticas, especialmente da plena liberdade sindical e do direito de greve, contra o golpe e a reação, pelo progresso social, através de um desenvolvimento industrial planejado, que beneficie também os trabalhadores.

Pugnamos por essas e outras medidas, ao lado das demais forças democráticas e patrióticas, de todas as camadas sociais, não só de Minas como de todo o Brasil, com cujos superiores interesses Minas sempre se identificou e cada vez mais se identifica.

Com esse pensamento é que apelamos para o Ilustre Presidente João Goulart, no sentido de que S. Exa. adote e determine as medidas que toda Minas dele espera, medidas que a atendam no momento e que estimulem o seu rápido progresso.

Confiemos em que assim será, mormente nesta hora em que S. Exa. o Senhor Presidente da República acaba de ordenar a regulamentação e a aplicação rigorosa da Lei de Limitação da Remessa de Lucros, com o apoio e os aplausos calorosos de todos os brasileiros, que vêm assim aumentadas as esperanças gerais na breve instituição do monopólio total do petróleo, nas mãos da PETROBRAS, e na urgente concretização das Reformas de Base, que modifiquem realmente o que já está caduco e arcaico na estrutura econômica, social e política de nossa Pátria.

Belo Horizonte, novembro de 1963. O COMANDO ESTADUAL DOS TRABALHADORES

O Golpe Ianque

Provocaram a mais justa indignação de nosso povo as declarações feitas pelo diretor de "O Estado de São Paulo", o entreguista Júlio de Mesquita Filho, em Miami, Estados Unidos, numa reunião dos barões da imprensa americana. Em essência, repetiu esse apátrida o que ainda há pouco dizia, a um jornal também dos Estados Unidos, outro agente ianque, o repulsivo Carlos Lacerda.

Com a maior incensibilidade, falando naquela reunião de rabujos, anunciou o diretor de "O Estado de São Paulo" que "o Governo do sr. João Goulart será derrubado breve... como ocorreu com o ditador Getúlio Vargas em 1945". E mais: "Não vejo como o País poderá sair dessa situação e passar imediatamente a uma etapa constitucional". Disse ainda: "Se for estabelecida uma cabeceira de ponte russa no Brasil, os Estados Unidos terão de aceitar a luta ou será o seu fim".

Como se vê, somente um renegado de sua pátria, um desfilhado mercenário a serviço de interesses estrangeiros seria capaz de, na terra de seus patrões, proferir semelhantes monstruosidades. Que se pode concluir, desse abjeto espetáculo de traição?

Primeiro: o golpe entreguista continua a ser tramado a pleno vapor. Lacerda dizia ao "Miami Herald" que o presidente da República seria deposto nos próximos meses. Agora, Mesquita declara que o Governo "será derrubado breve". Ao mesmo tempo, o ministro da Justiça informa à imprensa estar o Governo de posse de dados que comprovam a realização de encontros conspirativos de Júlio Mesquita, em Petrópolis, com oficiais sabidamente golpistas. Que falta para confirmar o golpe em marcha?

Segundo: o golpe é, do começo ao fim, antinacional. "Como em 1945", confessa Júlio de Mesquita, isto é: sob a inspiração e as ordens da embaixada dos Estados Unidos. Lacerda pedira aos ianques o bloqueio econômico do Brasil. Mesquita pretende ser mais atrevido e pede a própria intervenção militar — como um eco, aliás, do discurso de Kennedy diante do mesmo auditório de serviços. Isso não deixa qualquer dúvida quanto aos objetivos da conspiração: submeter ainda mais o nosso País à pilhagem dos imperialistas ianques, impedir que seja levada à prática qualquer medida que possa atingir os privilégios dos trustes, esmagar o movimento nacionalista, subentendendo-se enfim a linha da "aliança progressiva da soberania nacional". Que falta para comprovar os golpistas — os Lacerda, Mesquita, Levy, Azemir e toda a sordida fauna entreguista — não pensam nem agem como brasileiros, mas como serviçais dos Kennedy, Rockefeller e Sargent?

Terceiro: o golpe visa à implantação de uma ditadura terrorista contra os patriotas, os trabalhadores — contra o povo brasileiro. Já em 1955, disse Lacerda que a "única solução possível para o Brasil está num regime de exceção". Agora, dirigindo-se a seus amos, Mesquita afirma que após o golpe não se poderá "passar imediatamente a uma etapa constitucional". É perfeitamente claro o que isso significa: os conspiradores planejam a implantação de um governo ditatorial que lhes permita, mediante a violência mais brutal contra os patriotas e democratas, consumar sua traição à Pátria. Não é por acaso que partem desses mesmos golpistas a campanha sistemática tentando isolar o movimento sindical do resto da opinião pública. Nem é por acaso, também, que procuram fazer de um general reacionário como Peri Bevilacqua a sua grã-de bandeira. Que falta para caracterizar o golpe como uma tentativa de monopólio do poder pelos entreguistas e as forças mais reacionárias do País?

Há em tudo isso, porém, um elemento que os Lacerda e os Mesquita não mencionam: a resistência patriótica e democrática aos seus planos contra a Pátria e o povo. Essa resistência já deu mostras de quanto vale: em 1951 desbaratou a trama lacerdistas e ainda há pouco fulminou a manobra do estalado de aito. A vigilância e a luta dos brasileiros que não se vendem e que não admitem o "regime de exceção" preconizado por Lacerda esmagarão as tramas liberticidas e antinacionais do entreguismo.

Concessionárias e minérios

Nos bastidores das repartições oficiais trava-se uma dura luta entre os homens nacionalistas e os poderosos grupos econômicos estrangeiros que saqueiam o nosso País. Embora as frentes de ataque sejam inúmeras, algumas naturalmente assumem maior importância em consequência da mobilização popular contra certas pretensões imperialistas. O exemplo mais geral dessas questões se deu quando na semana passada a Câmara dos Deputados interpeleu o ministro das Minas e Energia de acordo com o requerimento de convocação de mineração.

Não obstante as normas regulamentares que regem o processo de debate em plenário entre o ministro e os deputados dificultarem sobremaneira a interpeleção concreta e a réplica às respostas evasivas, no debate travado com o sr. Oliveira Brito alguma coisa de útil à luta nacionalista veio à tona.

Em primeiro lugar tivemos o diálogo em torno do crucial problema da compra do ferro velho da Bond and Share. Afirmou o ministro das Minas e Energia que as negociações estão paralisadas e que o governo brasileiro preocupa-se em terminar o levantamento que está sendo procedido do investimento das subsidiárias do truste da energia elétrica. Os deputados nacionalistas não se conformaram, no entanto, com esta informação. Encarregado de replicar às questões atinentes ao setor

da energia elétrica, procurei levar a discussão para o ponto concreto da orientação que o Ministério das Minas e Energia está dando às soluções de tombamento. Inexplicavelmente, adotou o sr. Oliveira Brito a tese de que deve ser apoiado o investimento sem ser feita a tomada de contas. Ora, é exatamente a tomada de contas que permite a apuração de lucros ilegais das empresas estrangeiras. Del, como exemplo, o caso de Belo Horizonte, onde se vinha fazendo a tomada de contas da Companhia de Fôrça e Luz de Minas Gerais: já se havia apurado um lucro legal de cerca de 300 milhões de cruzeiros. Pois bem, a partir da purificação do sr. Oliveira Brito sobre o levantamento dos investimentos, passou a empresa norte-americana a recusar-se a abrir seus livros aos funcionários da divisão de águas. Portanto, hoje, o nó do problema das concessionárias está assim colocado: será feita ou não a tomada de contas? A vigilância dos patriotas tem de levar em conta este aspecto fundamental.

Respondendo à pergunta sobre a política de petróleo, teve o ministro das Minas de fornecer a opinião oficial sobre o estabelecimento do monopólio da importação de óleo cru e sobre a encampação de Capuava. Como não poderia deixar de ser, manifestou-se, em tese, favorável às duas reivindicações das correntes nacionalistas, mas adiantou que o governo seria "o juiz da oportunidade" destas ocasiões. E, diante da pressão estrangeira existente, evidenciou-se que só com o redobramento da luta popular atingiremos a essas medidas consideradas hoje, como indispensáveis ao fortalecimento da Petrobrás e da economia nacional. Quanto ao problema da Ilíana e do petróleo do Araxá, o que se viu foi o receio governamental de enfrentar os grupos imperialistas que dominam as jazidas desses minérios jazidas cujo valor é calculado em torno da fantástica cifra de 400 bilhões de dólares. Dal o pavor oficial de contratar a Hanna e Van-chang Corporation, que têm em sua defesa zelosa o próprio governo dos Estados Unidos. Não é ocasional que ande por aí o famoso mister Harriman.

De qualquer maneira, o depoimento do ministro das Minas e Energia forneceu preciosos elementos aos deputados nacionalistas para o prosseguimento de nossa luta dentro e fora do Parlamento. Para continuarmos a pressão sobre o governo do sr. João Goulart, tomamos, os deputados nacionalistas, a iniciativa de requerer a vinda à Câmara, de dois outros ministros, o das Relações Exteriores e o da Saúde. O primeiro, para falar sobre a Aliança para o Progresso, e o segundo, a respeito da situação da indústria farmacêutica. Serão novas oportunidades para desenvolvimentos diante da Nação outros aspectos da espolição de nossa pátria pelos grupos imperialistas.

CECLA — Novo fracasso de Washington

Os esquemas preparados pelos teóricos de Washington para harmonizar os interesses da América Latina com os dos Estados Unidos vêm fracassando sucessivamente. É esse o caso da "Aliança para o Progresso" que, de tropeço em tropeço, chegou até à II Conferência anual da CIEB, onde recebeu o seu atestado de óbito. A razão dos fracassos é o fato de tais esquemas não encerrarem nada de novo, isto é, de tentarem a continuação da política de espolição das economias latino-americanas pelos monopólios imperialistas, mudando apenas alguns dos seus métodos de ação já desmoronados. Mas a verdade é que qualquer que seja o disfarce usado, mais cedo ou mais tarde a verdadeira política aparece com sua verdadeira face e se choca com as necessidades e sentimentos nacionais dos povos do Continente.

A conciliação buscada pelos ianques na reunião da CIEB, em São Paulo, não foi possível, e isso, em grande parte, graças à atuação da delegação brasileira, que soube, através da adoção de uma acertada linha tática, obrigar o debate a ser travado em torno de um assunto capital para os países subdesenvolvidos: a estrutura atual do comércio mundial e sua responsabilidade pelos males que avassalam os povos economicamente fracos.

Em vários informes e intervenções feitas na CIEB, ficou evidente a estreita relação entre as dificuldades econômicas atuais da América Latina e a constante deterioração dos preços de seus produtos de exportação. Dados citados na Conferência mostram que a entrada de capitais na América Latina forma insignificante diante da perda de 10 bilhões de dólares sofrida em suas exportações a partir de 1950. Um delegado brasileiro, referindo-se ao assunto, afirmou que o Brasil "vê aumentados os moti-

vos de sua apreensão, pois a conjuntura de 1953 confirma a irreversibilidade de tendências estruturais insustentáveis no comércio exterior da América Latina, não tendo nenhuma razão para ser otimista em relação à solução desses problemas fundamentais à margem de uma profunda transformação da estrutura atual do comércio mundial".

Os esforços da delegação brasileira, não obstante a obstinada oposição dos "ajudistas" norte-americanos, obtiveram êxito com a criação da CECLA (Comissão de Comércio Latino-Americano), que se reunirá em Buenos Aires, de janeiro a março do ano próximo, a fim de coordenar a atividade dos países da América Latina na Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento que as Nações Unidas realizarão em Genebra, na primeira metade de 64 (de 21 de maio a 29 de junho).

A importância da CECLA é indiscutível. É quase certo que nela surgirão, ainda com mais força, as reivindicações nacionais dos povos explorados de nosso Continente, dando lugar a novos atritos com o imperialismo. Além disso, mobilizará grandes setores econômicos dos países da América Latina para uma participação efetiva na reunião de Genebra, pois ali serão tratados assuntos de interesse imediato desses países, contrariando, por outro, os objetivos das potências imperialistas que controlam o comércio mundial.

Nas reuniões da CECLA, primeiro, e depois em Genebra, vamos assistir novos choques entre os interesses dos povos subdesenvolvidos e a política de espolição dos países imperialistas. Neste choque, os países subdesenvolvidos terão a seu favor a força e o prestígio do bloco socialista.

(A. G.)



Um Orçamento Inaceitável

Héroules Corrêa

A proposta orçamentária do governador, devolvida pela Assembleia Legislativa, voltou sem satisfazer as exigências da oposição. Por que a oposição rejeitou a proposta? A oposição não podia aceitar aquele documento, excessivamente obscuro, por falta de especificações imprescindíveis. Se o envio de uma proposta orçamentária obscura já constituía atitude de condenável, sua devolução à Câmara, sem os necessários esclarecimentos, revela que o sr. Carlos Lacerda insiste em obter do Legislativo uma aprovação para o Orçamento feito no escuro. Ora, essa obstinação é inaceitável e os deputados que honram seus compromissos com o eleitorado não poderiam o compactuar, através de uma atitude de subserviência, com os propósitos do governador.

As acusações repetidas feitas ao sr. Lacerda nesse terreno são baseadas em fatos. Ninguém ignora que o governador pretende administrar o Estado sem as prestações de

Legislativa iniciou-se com manifestações de preocupação. Assim, houve mais de um pronunciamento quanto às dificuldades em que se encontra a Imprensa Nacional, que imprimiu apenas 360 das 2.500 emendas apresentadas ao Orçamento. Vemos que se apresenta a ameaça de falta de aprovação do Orçamento dentro dos prazos legais. Se isto acontecer, de quem será a culpa? Evidentemente a culpa será do governador. Ele timbra em governar ditatorialmente, e em pretender extorquir do Legislativo a aprovação de seus atos no escuro, como simples preenchimento de formalidade banal. Qualquer consequência negativa, para o Estado, do atraso ou da não aprovação da proposta orçamentária, não deve ser atribuída à Assembleia Legislativa, mas ao governador, que antes, em seus tempos de oposicionista, condenava o que hoje está fazendo como governante. Um governante inadaptável às práticas da democracia.

FORA DE RUMO

O presidente Kennedy, em manifestação pública, afirmou que nenhum país tem o direito de violar os direitos de outro, dentro de suas fronteiras, desrespeitando as normas do Direito Internacional. Referia-se ao governo argentino, que ingressou na Justiça para obrigar as companhias petrolíferas norte-americanas nacionalizadas a devolver os pagamentos recebidos nos cinco anos de vigência de seus contratos.

A questão dos direitos invocados pelas empresas imperialistas de petróleo é relativa. Até há bem pouco tempo o direito dessas empresas era ditado pela força. Quando Fidel Castro chegou ao poder examinou a situação das empresas estrangeiras radicadas em Cuba, principalmente das norte-americanas. Baseando-se nas declarações dessas empresas sobre o imposto de renda, Fidel Castro as indenizou. Acontece que elas fudiam o fisco e suas declarações para efeito do imposto de renda não se ajustavam à realidade. Erram reduplicadamente. O feitiço dos fraudadores do fisco virou contra os feiteiros.

empresas de petróleo na Argentina, o sr. Kennedy não se limita a reclamar, pois também faz ameaças. Diz o sr. Kennedy, sem maiores cerimônias, que "os Estados Unidos, se sollicitados, ajudarão qualquer país que estiver ameaçado de cair em poder dos comunistas".

A referência ao "perigo comunista" é invocada com o intuito de sempre, que é o da defesa de interesses imperialistas. Segundo a linguagem do sr. Kennedy, adotando medidas elementares de defesa do interesse econômico da Argentina o governo de Buenos Aires é um governo "ameaçado de cair em poder dos comunistas". Que juízo fará o sr. Kennedy da inteligência das pessoas que dentro e fora dos Estados Unidos têm suas palavras?

Mais Uma Negociata

Continua a se fazer, por parte do governo, norte-americano e de seus testas-de-ferro, violenta pressão para que o ministério da Aeronáutica recue de sua acertada decisão relativa à proposta de compra dos aviões C-47. O assunto é conhecido da opinião pública: o governo dos EUA pretende impingir-nos a compra de dezenas de aparelhos daquele tipo, absolutamente fora de uso nos próprios Estados Unidos, pois se trata de aviões obsoletos, verdadeiros ferros-velhos de trinta anos de fabricação, já caldo aos pedaços. A proposta, em si, já constituía um insulto — e a Aeronáutica fez muito bem em repeli-lo.

Agora, insistem os representantes norte-americanos em que se volte atrás dessa decisão. O embaixador Gordon chegou a insi-

Greve da Sorocabana Pode Se Estender a Todo o País

No momento em que encerrávamos os trabalhos desta edição, tendo em vista a intranquilidade do governador Ademar de Barros em negociar com os ferroviários da Sorocabana, que há 10 dias estão em greve para verem respeitados os compromissos assumidos perante eles pelas autoridades estaduais, começava a se movimentar o dispositivo de solidariedade armado pelas ferroviárias de todo o País e pelos trabalhadores de São Paulo em apoio ao movimento dos companheiros da Sorocabana.

O Mercado Comum e os Países do Tipo do Brasil

A imensa experiência revolucionária do Partido Comunista da União Soviética, desde a época da organização que lhe deu origem, o Partido Socialdemocrata da Rússia, é assunto de trabalho de B. Leibzon, publicado no nº 8 da revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO, à venda nas principais livrarias e bancas de jornal.

Outro artigo importante, de autoria do dirigente comunista argentino González Alberdi, trata do perigo representado pelo Mercado Comum Europeu para a economia de países como o Brasil, economicamente subdesenvolvidos.

Aspectos da luta do Partido Comunista da Alemanha (Alemanha ocidental) são revelados na Declaração Programática do PCA, contida no mesmo número de PPS. Este Partido, que a custa de sacrifícios imensos e do extermínio físico de milhares de militantes, continuou a combater o fascismo sob a ditadura de Hitler, hoje prossegue no mesmo combate, agora enfrentando os revanchistas de Bonn.

Outras matérias de oportunidade completam o nº 8 de PPS.

Manoel Rosa Rangel

Aos 70 anos de idade faleceu, no dia 12 do corrente, o velho companheiro Manoel Rosa Rangel, o popular "Campista", morador no Rio Comprido. Antigo dirigente sindical, tendo sido presidente do Sindicato dos Padeiros, era um homem dedicado às causas do povo, combativo e entusiasta. Prestou grandes serviços à favela da Rua do Bispo, onde residia há muitos anos. Seu inesperado falecimento deixou consternados os inúmeros amigos que possuía. Apresentamos nossas condolências à sua família.

2º Aniversário do Reatamento Brasil-URSS

O Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS convida os seus sócios e o público em geral para a solenidade de comemoração do 2º aniversário do reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética que fará realizar no auditório da ABI, às 19 horas do dia 25 do corrente.

Razões Pouco Sérias

Chega a ser ridícula a justificativa alegada pela maioria parlamentar para a convocação extraordinária do Congresso. A iniciativa, partida do senador Auro de Moura Andrade, se baseia em que é indispensável o funcionamento do Congresso, apesar do recesso regimental, "para a preservação do regime democrático".

A todos ocorre a pergunta: o que é, afinal, a democracia para essa maioria parlamentar? E de que maneira tem ela "defendido" a democracia?

Esgundo se sabe, a democracia

Leandro Kender

UNIVERSIDADES POPULARES

Foram inauguradas na Romênia os cursos das universidades operárias e populares...

BOLISTAS IUGOSLAVOS

Acabam de chegar a Berlim 30 estudantes iugoslavos de filologia germânica...

CHUMBO NA BULGÁRIA

Com auxílio de um grupo de especialistas soviéticos, os técnicos da empresa búlgara de extração de chumbo...

Uma nova empresa, que agora entra em funcionamento, é a maior do país...

TERREMOTO DE BÓLSO

Na Academia de Construções e Arquitetura da URSS foi idealizada uma plataforma vibratória que simula terremotos...

DA RDA PARA A URSS

Dez dias antes do prazo fixado, os estaleiros "Warnow" de Rostock (República Democrática Alemã) entregaram à União Soviética o navio mercante "Viborg"...

ESPÍRITO INVENTIVO

No primeiro semestre de 1963, o Instituto de Invenções e Racionalização da Bulgária recebeu 444 pedidos de inscrição de invenções...

O cristão e seus defeitos" em termos de grande coragem, confessando-se repugnado com a sua descoberta...

Outro livro dedicado recentemente por um padre francês à refutação do marxismo é o do padre Bigo: Humanismo Marxista...

A bem da verdade, podemos dizer que o livro de Pierre Bigo não representa avanço geral no que concerne a dois estudos mais antigos...

Uma terceira obra a ser mencionada aqui é a de Henri Chambre — não o seu alentado estudo sobre a experiência soviética...

Preocupa-se o autor — Chambre — em investigar as causas da atração "exercida pelo comunismo sobre um grande número de franceses"...

A mesma tese de Chambre, comum a todos os críticos que se um ou de outro modo, perseguiu a percepção religiosa...

O que importa para nós, porém, é que, antes de rejeitar o marxismo em nome dos seus princípios...

Enquanto os Estados Unidos prosseguem a ajuda fraternal aos novos líderes do Vietnã do Sul...

Espero que a atitude destes padres não que concerte ao marxismo venha logo a se difundir no Brasil...

O presidente John Kennedy, falando na Conferência Nacional da Central Sindical AFL-CIO...

oeste

DERROTA DOS NOVOS TÍTRES

Enquanto os Estados Unidos prosseguem a ajuda fraternal aos novos líderes do Vietnã do Sul...

ESCOLAS PARA O CRIME

A criminalidade juvenil em Berlim ocidental tem alcançado níveis espantosos...

listas de Berlim ocidental assimiam, no entanto, que os dados estatísticos levam em conta uma ínfima parte dos delitos cometidos...

SISTEMA MORIBUNDO

O presidente John Kennedy, falando na Conferência Nacional da Central Sindical AFL-CIO...

NOVAS LIÇÕES DE FRANCO

O governno espanhol negou que o escritor José Bergamini, que se assilou na embaixada uruguaiana em Madrid...

LIBERDADE DE IMPRENSA

A SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) não chega a ser uma organização: é uma piada...

DEMOCRACIA EM MARCHA

Onze pastores protestantes, brancos, e 54 negros, foram presos na Carolina do Norte...

NÃO PEDIRAM MUITO

José Maria Paulo Gomes Nara é um líder opositor português. Prêso há três anos, acusado de participar do ataque ao quartel de Beja...

AGORA, COM 30% DE DESCONTO I LIVROS SOVIÉTICOS NOVIDADES EM ESPANHOL. OBRAS DE KRUSCHOV, SOCIALISMO E COMUNISMO, O MOVIMENTO COMUNISTA E OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO...

TEORIA E PRÁTICA — apêndice do trabalho

A estrutura partidária nos países do sistema socialista

(Resposta ao leitor L. A. Alves Soares, de Riachuelo, Estado da Guanabara)

— III —

Na Romênia, a Frente Nacional Democrática nasce já em 1945, como base política e social do novo poder...

Na Bulgária, a Frente da Pátria, criada sob a inspiração de Dimitroff, une já em 1944 os partidos que representam a classe operária e a intelectualidade avançada...

(Ivan Petrov: Organização de la vida económica y estatal de Bulgaria — Sofia, 1962; Stela Blagoeva — Jorge Dimitroff (biografía) — Sofia, 1962.)

pública Democrática Alemã, de uma ampla aliança da classe operária com as demais camadas de trabalhadores...

A Frente Nacional — e, com ela, o governo da RDA — compreendem, assim, vários partidos: o Partido Socialista Unificado (comunista e socialdemocratas)...

Quatro Estados socialistas distinguem-se dos demais por sua estrutura monopolizadora: a Iugoslávia (União dos Comunistas Iugoslavos); a Albânia (Partido do Trabalho); Cuba (Partido Unido da Revolução Popular Revolucionário Mongol)...

A INSURREIÇÃO DE 1935

A Aliança Nacional Libertadora e as Lutas de Novembro de 1935

Luiz Carlos Prestes

A 23 de novembro de 1935, insurge-se, na cidade de Natal, o Batalhão de Caçadores, do Exército Nacional. Pela primeira vez, em nosso País, é substituído o governo de latifundiários e agentes do imperialismo pelo poder popular de uma Junta Revolucionária que tem por bandeira um programa nacional libertador. No dia seguinte ergue-se em apoio dos insurretos de Natal o Batalhão de Caçadores do Recife. Milhares de armas são entregues ao povo, aos trabalhadores residentes nos mocambos do Recife que lutam heróicamente, ao lado dos soldados, nas ruas do bairro de Afogados. Três dias mais tarde, em 27 de novembro, é a vez do Rio de Janeiro. Em apoio aos combatentes do Nordeste, levantam-se as guarnições do 3.º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e da Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos. A artilharia do Governo reduzida, em poucas horas, a escombros a Escola de Aviação e o quartel do 3.º R.I. Estava derrotada, assim, em poucos dias, a primeira insurreição nacional libertadora, anti-imperialista e antifascista, dirigida pela classe operária, em nosso País. Fora abolido, no entanto, o poder secular dos latifundiários e dos agentes do imperialismo. Pela primeira vez, fora levado ao terreno da luta armada o problema da liquidação do latifúndio e da dominação imperialista.

São passados 28 anos dos acontecimentos de novembro de 1935. Continuam, porém, de pé, as mesmas calúnias, as mesmas mentiras da reação e da imprensa venal a seu serviço, calúnias e mentiras que se repetem todos os anos e com as quais pensam os reacionários e entreguistas desviar os trabalhadores e demais patriotas do caminho da revolução, afastá-los dos comunistas. É certo que essa insistência na calúnia e na mentira reflete a fraqueza da reação, sua impotência ante a força mobilizadora do programa nacional libertador de 1935, mas, de outro lado, não se pode deixar de reconhecer que consegue enganar ainda a ampla maioria da população. Não é certamente por acaso que historiadores e publicistas vários, ainda hoje, insistem em denominar pejorativamente de "bádena", "intentional" ou de mero "motim" a insurreição nacional libertadora de 1935. Ainda há poucos dias, era o sr. Afonso Arinos, por exemplo, que publicamente se penitenciava de haver combatido o Estado Novo, pretendendo justificar a ditadura infame instaurada com o golpe de 1937, a pretexto de que "liquidava as duas correntes ideológicas que se haviam manifestado nos motins de 1935 (comunistas e 1938 fascistas)".

É certo que em 1935 os comunistas já constituíam a força de vanguarda, esclarecedora e mobilizadora das grandes massas populares. A insurreição de 1935 não foi, porém, um movimento exclusivamente comunista, nem pretendiam os insurretos de 35 instaurar em nosso País a ditadura do proletariado nem, muito menos, um governo comunista, como afirma a reação. A correlação de forças era outra, bem diferente da exposta pelos reacionários e agora perfiçada pelo sr. Afonso Arinos. De um lado, estavam os patriotas e democratas e, de outro, os integralistas e os que foram por eles enganados juntamente com todos os reacionários e agentes do imperialismo. Os comunistas lutavam com os primeiros, como ainda hoje o fazem, contra os reacionários, em defesa das liberdades democráticas, pelo progresso do Brasil. Esta a verdade histórica que nenhum anticomunismo poderá modificar.

Naquela época, Hitler já tomara o poder na Alemanha e o fascismo avançava no mundo inteiro. Em nosso País, o sr. Getúlio Vargas, que chegara ao poder na crista do grande movimento popular de 1930, não realizara nenhuma das promessas com que levava o povo à insurreição de 3 de outubro, desmoralizara o regime instituído com a Constituição de Julho de 1934, facilitava a organização do integralismo e tratava de apoiar-se, externamente, na Itália fascista e na Alemanha hitlerista. Cresciam, assim, dia a dia, as ameaças às liberdades democráticas em nosso País.

Foi em semelhante emergência que tiveram os comunistas a iniciativa de dirigir-se a todos os patriotas e democratas, chamando-os à unidade para a luta contra a fascistização de nosso País. Foi desse apelo que nasceu a ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, ampla frente única antifascista que, diante da bancarrota da chamada liberal democracia e da ameaça integralista,

apontava ao povo as causas básicas do atraso de nosso País e da miséria popular, chamando à luta pela emancipação econômica do jugo imperialista, pela liquidação do latifúndio, pela instauração de um governo nacional e popular que assegurasse um poder efetivamente democrático no País.

"O momento exige de todo homem honesto — dizia a direção da Aliança Nacional Libertadora, em 8 de julho de 1935 — uma posição clara e definida, pró ou contra o fascismo, pró ou contra o imperialismo. Não há meio termo possível, nem justificável. A Aliança Nacional Libertadora é, por isso, uma vasta e ampla organização de frente única nacional. O perigo que nos ameaça, o perigo que aumenta, dia a dia, nos obriga a colocar em primeiro lugar, nos dias de hoje, a criação do bloco, o mais amplo, de todas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo e, portanto, pela ameaça fascista. Tal a tarefa decisiva na atual etapa da Revolução Brasileira."

Poucos dias depois dessa manifestação, a Aliança Nacional Libertadora que, com apenas três meses de vida, ganhara o País inteiro e mal iniciava a organização de seus núcleos nos locais de trabalho e nas concentrações populares, foi colocada pelo Governo fora da lei. Apesar disto, sua organização prosseguiu com rapidez ainda maior e penetrou nos quartéis e navios de guerra, onde oficiais e soldados manifestavam sua adesão e participavam, de forma cada vez mais aberta, das ações contra o imperialismo e contra o fascismo.

Não cabe aqui uma análise crítica das causas que levaram à derrota da insurreição militar de 1935. Erros foram, sem dúvida, cometidos. Não estávamos à altura dos acontecimentos. Mas não foi um erro o termos, naquelas circunstâncias, empunhado armas contra o fascismo. Pelo contrário. Graças à insurreição militar de 1935, salvamos nossa Pátria do fascismo, porque, se, de um lado, os aliancistas souberam enfrentar com heróico e dignidade o terror policial que se seguiu à derrota de novembro de 35, de outro lado, foi naquele período que o povo pôde melhor verificar o que significaria a vitória do integralismo, cujos dirigentes prestaram-se aos mais infames papéis a serviço da polícia na perseguição a todos os patriotas e antifascistas.

Nestas condições, a desmoralização do integralismo chegou a tal ponto que o sr. Getúlio Vargas, que dele amplamente se serviu até a instauração do Estado Novo, não pôde fazer deste propriamente um Estado fascista, nem fazer do sr. Plínio Salgado ministro de seu governo, passando após o golpe integralista de maio de 1938 a perseguir os patriotas equivocados que participavam das fileiras integralistas.

Os comunistas orgulham-se da insurreição militar de 1935, como uma das façanhas mais gloriosas de nosso povo e de nosso Partido Comunista. Estamos certos de que os exemplos de heroísmo dos que tomaram de armas na mão em defesa das liberdades democráticas, dos que enfrentaram com altivez e dignidade as torturas policiais, que levaram à morte dezenas de patriotas, dos que souberam durante quase dois anos fazer dos cárceres a reação forte e tenaz da luta contra a reação seddonista, fortalezas da luta contra as esperanças do povo, são exemplos que honram as tradições de nosso povo e anunciam que dias melhores serão alcançados.

São passados, 28 anos, mas as causas básicas do atraso de nosso País e da miséria de nosso povo não foram ainda removidas. Mais uma vez, são hoje os comunistas, como em 1935, que se levantam contra o imperialismo e o latifúndio, em defesa das liberdades democráticas e que apela, para a unidade de todos os patriotas e democratas. Como aconteceu em 1935, as ideias nacionalistas ganham novamente os quartéis. Sabemos agora melhor organizar as forças da revolução, unir a todos os patriotas, incorporando à frente única, juntamente com a classe operária, as massas de milhões de camponeses e aos demais patriotas das cidades e do campo. Sabemos evitar os movimentos isolados e extemporâneos. Sabemos, muito especialmente, participar ativamente da vida política, através da qual as grandes massas poderão pela própria experiência compreender a necessidade da conquista de um novo poder, das forças ant imperialistas e antifascistas, capaz de garantir uma democracia de verdade e de levar até o fim as tarefas da Revolução em sua etapa atual, nacional e democrática, abrindo o caminho para o socialismo em nosso País.

Rio, novembro de 1963.

O 27 de Novembro no 3.º R.I.

Leivas Otéro

Há 28 anos vem a reação calunhando os combatentes nacional-libertadores (comunistas e não-comunistas) de Novembro de 1935. Dispondo da quase totalidade dos meios de informação e divulgação, os agentes do imperialismo e do latifúndio em nossa Pátria aplicam perseverantemente a diretrix de Goebels, o ministro da propaganda do nazismo: "Mais vale uma mentira mil vezes repetida do que a verdade". E o soviado chave do "assassinato frio de companheiros adormecidos", que desde 1935 vem sendo empregado para enganar a opinião pública a respeito da insurreição de Novembro de 1935 e esconder as suas verdadeiras causas e objetivos.

Aos que não viveram aqueles tempestuosos dias da década de 30 convém lembrar que, ao ascenso do movimento operário e democrático, a reação imperialista mundial contrapunha o apoio ao fascismo sob suas diversas formas e o estímulo às diversas ditaduras asiáticas e latino-americanas.

As vitórias da Frente Popular, na França e na Espanha, as vitórias eleitorais do proletariado alemão e do movimento de libertação nacional na China, Índia e América Latina, os imperialismos inglês, norte-americano e francês respondiam apoiando por todos os meios o ascenso de Hitler ao poder, as agressões de Mussolini e do Japão e a instauração das clássicas ditaduras militares de seus lacaios na América Latina.

Essa situação internacional refletia-se também fortemente no Brasil. O ano de 1934 se caracterizou por grandes greves do proletariado e pelo amplo movimento de frente única que se coronou com o lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em princípios de 1935.

Os grandes movimentos de massa (cômodos, passeatas, greves, lutas de rua com o integralismo, invariavelmente apoiado pela polícia) assustaram o imperialismo e seus lacaios nacionais. Ao lado da repressão policial, o governo de Getúlio passou a ajudar a Ação Integralista a formar suas tropas de choque sob a inspiração e égide do imperialismo nazista. Intensificou-se, portanto, a perseguição ao movimento sindical operário independente.

Criada sob o lema de "Pão, Terra e Liberdade", a ANL, levantando as bandeiras da emancipação nacional do jugo imperialista, da reforma agrária e da conquista das liberdades democráticas, conseguiu atingir politicamente as camadas mais avançadas da classe operária e da pequena burguesia, inclusive da oficialidade patriótica de algumas unidades do Exército. Em pouco tempo, o movimento aliancista tornou-se bastante amplo e entusiasta.

A aprovação da "Lei Monstro", com o conseqüente fechamento da ANL, o apelo descarado ao integralismo e as sucessivas agressões ao movimento operário e democrático pelo Governo despertaram a indignação popular que repercutiu nos quartéis, também.

O ambiente que antecedeu imediatamente o movimento de novembro de 35 caracterizava-se pelo descenso temporário do movimento de massas e pelas medidas de fascistização do Governo.

Não cabe nos marcos deste artigo analisar as debilidades e erros cometidos pelos revolucionários de 1935 na preparação da luta. Basta dizer que não existia um plano geral de insurreição para o País e para o Rio, não funcionava um Comitê Técnico para o preparo da insurreição e seu plano, e só a última hora foi estabelecido um comando revolucionário para o levante no 3.º R.I.

Na tarde de 26 de novembro, quando chegou ao 3.º R.I. a diretiva para que fosse iniciado o levante às 3 horas do dia 27, já o quartel se achava de prontidão, desde o dia 24, em conseqüência dos levantes ocorridos em Natal e Recife.

No 3.º R.I., sediado na Praia Vermelha, grupos de oficiais, sargentos, cabos e soldados, em seus respectivos círculos, vinham acompanhando o desenvolvimento da situação política nacional, desde 1934. Inicialmente estavam eles isolados em seus grupos, mas, com o decorrer do tempo começaram a tomar contato através do movimento aliancista.

As condições para o êxito do movimento eram bastante desfavoráveis. Quase 2/3 dos efetivos de soldados eram compostos de recrutas recém-incorporados que não sabiam ainda atirar, nem conheciam os quadros, dos quais os mais estimados pela tropa estavam ligados ao movimento. Ao chegar a diretiva para o movimento ao quartel do 3.º R.I. os órgãos de segurança do Exército dela tomavam conhecimento, simultaneamente, por outros canais. Por isso, o comando do regimento começou a tomar medidas extraordinárias e urgentes para fazer abortar o levante.

O ambiente dentro do quartel era de extrema tensão, que ia aumentando à medida que se aproximava a hora H. A tropa toda estava armada e municiada e os seus respectivos comandantes estavam alertas à sua testa. Nem um só homem dormia dentro do quartel. E, apesar disso, os tais "companheiros adormecidos" durante anos foram explorados até o histerismo. E até hoje continuam a render juras nas mãos dos profissionais do anticomunismo como o "Nauseabundo" e o seu inseparável parceiro de "The Globe".

As 23h30m de 27 de novembro iniciou-se a luta dentro do 3.º R.I. Estabeleceu-se cerrado tiroteio. Inicialmente e que perdurou intermitente até o ralar do dia.

O III Batalhão, a Companhia de Metralhadoras do Regimento e mais algumas subunidades colocaram-se ao lado da insurreição desde o início. Outras ficaram indecisas e as Companhias de Metralhadoras dos I e II Batalhões tomaram posição contra o levante e abriram fogo contra os alojamentos do III BI, e da GMR.

As confusões conseqüentes da má preparação do movimento impediram que a situação se esclarecesse até o nascer do dia, quando as subunidades que ainda resistiam se renderam. No cassino dos oficiais estavam presos cerca de 70 oficiais legalistas.

Mas, já era tarde... o quartel situado na garganta entre os morros de Babilônia e da Urca já estava a ser saqueado pelas forças do Governo. Os canhões do 1.º Regimento de Artilharia Montada começaram a martelar o velho edifício. Aproximadamente, centena e meia de tiros de calibre .05 foram disparados contra os insurretos. O maderamento seco e antigo do quartel pegou fogo logo, transformando-o rapidamente numa enorme tocha com mais de 200 metros de extensão.

Ao meio-dia de 27 tornou-se claro que o movimento fracassara e então o comando revolucionário do movimento no Regimento tomou medidas para parlamentar a rendição que evitaria o sacrifício de centenas de recrutas que, após o incêndio, se amontoavam na praia e começavam a ser atingidos pela artilharia que alongara o seu tiro.

As 14h30m, aproximadamente, efetivou-se a rendição.

Muitos companheiros tomaram na luta dentro do quartel e posteriormente nas prisões. Muitos foram torturados até a mutilação e a morte, mas as ideias de libertação nacional, de progresso social e de liberdade para o povo por eles defendidas floresceram e ganharam a consciência das massas.

Os sacrifícios feitos não o foram em vão. Hoje quando verificamos o amadurecimento político do nosso povo, ao vermos quanto avançou a grande frente única de todas as classes e camadas interessadas na libertação nacional do jugo da exploração do imperialismo e do latifúndio, constatamos que isso se deve, em parte, à luta heróica e aos sacrifícios dos combatentes da insurreição de Novembro de 1935.

Os Acontecimentos no Recife Calúnia à Moda Nazista

Tenente X

O surgimento da Aliança Nacional Libertadora, frente única popular e nacionalista, que desfraldava sua bandeira ant imperialista e antifascista, com a motivação do apoio do líder Luiz Carlos Prestes, empolgou as camadas populares, particularmente aquelas que viviam no nordeste brasileiro.

Nos quartéis a mentalidade tenentista ia cedendo lugar a uma nova concepção da realidade brasileira. O lugar e as aspirações de cúpula eram substituídos por movimentos de apoio aos operários em luta pelas suas reivindicações salariais, como aconteceu na greve desencadeada pelos ferroviários da Great Western, em Jaboatão, Pernambuco, que contou com o concurso valioso do 29.º Batalhão de Caçadores, quando um "gorila", o tenente Santa Rosa, resultou morto, por ordenar fossem metralhados aqueles que reivindicavam melhores condições de vida.

Verificava-se, pela primeira vez no Brasil, uma autêntica confraternização de soldados e operários, dentro de um esquema que apavorou a reação.

Por determinação superior, a tropa retornou ao Quartel, mas trazia consigo e deixava entre os seus companheiros operários, a esperança e a alegria de poder realizar uma luta em comum, por interesses comuns, que eram os interesses da pátria comum.

E foi o que se deu em 24 de novembro de 1935, quando em Socorro, às 9 horas da noite, soldados, cabos, sargentos e oficiais nacionalistas se levantaram em armas contra um governo que lhes parecia de traição nacional. Ao Quartel acorreram imediatamente os operários ferroviários da Great Western e de outras categorias que empunharam armas e ofereceram o seu sangue à causa da libertação nacional.

Antes de ser sofocada a reação oferecida pelos "gorilas" do 29.º BC, militares e operários se instalavam na região de Largo da Paz, em defensiva ativa. Enquanto isso, uma porção considerável do melhor armamento

e respectivas munições era conduzida à sede do Sindicato em Jaboatão, que se destinava a armar as organizações populares, num desejo sincero e necessário de criar em curto prazo, o esboço do Exército Popular Revolucionário.

Em Recife, no Quartel General, trava-se luta saindo feridos nacionalistas.

Um pelotão da Polícia Militar de Pernambuco, pronunciando a senha de "Viva Prestes" junta-se aos revolucionários de Socorro.

Em Largo da Paz, durante todo o dia e a noite de 24, as tropas revolucionárias lutam contra dois batalhões. No dia 25, esses batalhões foram reforçados pelo 20.º BC de Alagoas e 22.º BC e uma Bateria da Paraíba.

A luta assume grandes proporções. As metralhadoras e canhões batem sem cessar as posições revolucionárias. O povo acolhe os nacionalistas, alimentados e confortados com suas palavras alentadoras.

É interessante observar o comportamento humano numa insurreição. Em poucas horas homens, mulheres e crianças se politizam e passam a fazer parte de sua dinâmica. Foi o caso observado de 4 crianças, meninos de 10 anos, famintos dos mocambos de Recife, que se organizaram e constituíram, voluntariamente, uma equipe de remediadores. Atravessavam zonas habitadas, galgavam muros, rastejavam, e nunca faltava munição para a boca das famintas metralhadoras e fuzis. Um desses heróis tomou ferido com uma bala no pulmão, mas continuava a incentivar a todos com suas palavras que saíam acompanhadas de sangue.

Na noite de 25 de novembro a situação tornou-se insuportável. Recebeu-se ordem de retratamento.

Uma coluna rompe o cerco de um contingente da Polícia. Dirige-se ao interior. Leva-a o desejo de amparar-se aos seus irmãos camponeses, mas é dizimada e presa em Chã de Alegria pelas milícias integralistas armadas pelos senhores de Usinas. A população daquela localidade rodeia os revolucionários e sua atitude é de grande e carinhosa admiração.

Astrojildo Pereira

Com o fim deliberado de enganar e confundir a opinião pública, e por esse meio esconder o que em verdade foi o movimento armado de 1935, sua natureza e seus objetivos, a propaganda reacionária utilizou a mágoa dos mais sôrdidos meios de distorção e deformação da realidade, inventando as piores mentiras e calúnias contra os revolucionários. Uma dessas calúnias, repetida durante anos a fio, até agora, é a que se refere a oficiais legalistas assassinados no campo, quando dormiam. Em jornais, boletins oficiais, discursos nas câmaras e no cemitério, declarações de todo o tipo, é a calúnia gloriosa em tom maior e menor. Duas ou três gerações de brasileiros, nascidos e crescidos durante os últimos trinta anos, foram intoxicados desde a meninice com o seu veneno.

Como toda calúnia, essa do assassinato de legalistas que dormiam é repetida, moída e remoída — sem nenhuma espécie de comprovante. Os que de início inventaram, mentindo com a consciência de que mentiam, mães do tempo de Hitler levaram ao mais alto grau de "perfeição" e segundo a qual — "uma mentira insistente e repetida se transforma em verdade". Técnica baseada num miserável sofisma, mas de algum efeito em matéria de propaganda. E foi por ouvir aquela calúnia insistente e repetida pela propaganda reacionária, que muita gente, inclusive gente aparentemente respeitável, passou também a repeti-la como se fosse uma verdade incontestável.

Oficiais revolucionários e seus amigos têm rebatido, mais de uma vez, a infamante invenção dos propagandistas da reação, desafiando publicamente estes últimos a apresentarem provas — provas concretas, irrecusáveis, não apenas palavras — em abono da acusação que fazem aos revolucionários. Como não existem, as pro-

vas não são apresentadas, nunca foram apresentadas; mas a calúnia continua a ser divulgada, em obediência à técnica nazista.

Existe uma documentação completa, acumulada pelas autoridades policiais, sobre a insurreição de 1935 — é o Relatório elaborado pelo delegado Beliena Porto, com base nos depoimentos tomados pela polícia num inquérito exaustivo. Nesse Relatório são analisadas ponto por ponto todas as peças necessárias ao processo instaurado contra os revolucionários. É a fonte oficial mais autorizada que existe sobre a matéria.

Tive ocasião, recentemente, de consultar o Relatório do delegado Beliena Porto, publicado em volume em 1936, e amplamente distribuído pelo Governo. Em suas páginas são mencionados todos os oficiais e soldados — legalistas e revolucionários — que tomaram durante a luta, aqui no Rio de Janeiro, o delegado Beliena Porto descreve minuciosamente o movimento exato e a posição exata em que tomou cada oficial ou soldado. Todos em ação — revolucionários contra legalistas, legalistas contra revolucionários. Pois bem: não há no Relatório policial uma única menção a qualquer oficial ou soldado legalista assassinado na cama, abatido enquanto dormia. Nenhum nome — nem da suposta vítima (ou vítimas), nem do atacante (ou atacantes). Nada, nada, nada.

Ora, se tal assassinato houvesse realmente ocorrido, é claro que ele teria sido devidamente apurado no inquérito e devidamente registrado no Relatório, em seus menores detalhes. Mas é também muito claro que o Relatório não se limitaria a registrar o fato — o delegado Beliena Porto o teria explorado a fundo, fazendo dele a peça dominante, o centro emocional de toda a acusação articulada contra os revolucionários. A conclusão a se tirar do Relatório Beliena Porto, fonte oficial, fonte básica dos fatos apurados em inquérito rigoroso, exaustivo, essa conclusão é uma só e única: nenhum oficial ou soldado legalista foi morto na cama.

A documentação oficial destrói pela base a calúnia.

Orçamento da Guanabara Para a Campanha Política

NÚMEROS PROVAM: ORÇAMENTO DE LACERDA É ASSALTO AO POVO

Cresce o despropósito orçamentário da Guanabara, quando o comparamos às receitas de quatro outros Estados, todos em fase de desenvolvimento:

R. G. do Sul: Cr\$ 58.993.041.800,00 (receita de 1963);

Paraná: Cr\$ 51.000.000.000,00 (receita de 1964);

Pernambuco: Cr\$ 14.550.219.600,00 (receita de 1963);

Goiás: Cr\$ 13.166.711.093,00 (receita de 1963).

A soma dessas quatro receitas (Cr\$ 137.709.972.493,00) é inferior em mais de 70 bilhões à proposta de Lacerda para 64. Isto é, só com essa diferença seria possível financiar cinco Estados como Pernambuco ou Goiás, ou para aumentar em mais de 100% as receitas do Rio Grande do Sul ou do Paraná. Só o déficit previsto por Lacerda, aliás, é bem superior à arrecadação de Pernambuco ou Goiás.

O escândalo das contas de Lacerda foi o prelúdio de outro, a ele ligado, que agora se desenvolve na Assembleia Legislativa, daí extravasando para o conhecimento público, para o desnascaramento da "obra magnífica" do governo da Guanabara: trata-se do orçamento para 1964.

O governador quer que a Câmara aprove sua proposta orçamentária, cujos números astronômicos preveem uma arrecadação de Cr\$ 207.825.000.000,00 e uma despesa de Cr\$ 225.235.203.600,00, com um déficit previsto de 18 bilhões.

A exemplo do que ocorreu com as contas rejeitadas — apesar de Lacerda contar com grande número de deputados, e uma capacidade ainda maior de manobrar e corromper alguns cuja oposição e apenas questão de preço —, as dificuldades são grandes na Assembleia para a aprovação da proposta lacerdista.

Em primeiro lugar porque para atingir tal receita será necessário aprovar a criação de novos impostos e taxas, assim como um aumento, mais um aumento, brutal nos impostos de vendas e consignações, pagos diretamente pelo povo, de vez que incidem sobre os gêneros de primeira necessidade (o feijão e o arroz, por exemplo), do mesmo modo que no de transmissão e outros. Ai é bom lembrar a autocondenação que Lacerda fez de seu governo antes mesmo de eleito, pois na campanha eleitoral cansou de afirmar que "governo que precisa aumentar impostos para fazer algo é inepto". Outro aspecto saliente de tais majorações tributárias é o que acarretam como agentes incentivadores da carestia e da inflação, fenômenos a que o governador se refere a três por dois para condenar o governo federal.

Ademais, de esse sentido antipopular do orçamento, há o antijurídico, anticonstitucional, que também muito pesa para a decisão dos deputados. É que a mensagem do Executivo chegou ao Legislativo sem a menor especificação de verbas e nenhuma discriminação de despesas, condições expressas da Constituição para a aprovação do orçamento.

Isto significa que Lacerda quer o dinheiro para gastar, como tem feito, sem nenhum controle. Como en-

regar essas somas fabulosas ao governador — indignam-se os deputados e indignam-se a população — se já se sabe que ele não presta contas de coisa alguma, se já se sabe que, agora, seu único objetivo é derrotar tudo à sua campanha eleitoral?

E mais. Como concordar com um déficit de 18 bilhões de cruzeiros, sabendo que para cobri-lo será necessário intensificar a carestia e a inflação, seja aumentando ainda mais os impostos, seja solicitando emissões aos cofres federais?

Mas o leitor não deve ficar já muito impressionado com a quantidade de dinheiro que o governador pretende receber, porque os bilhões orçamentários não são tudo. O orçamento e apenas a parte conhecida das rendas do governo da Guanabara, e talvez não seja a maior.

Não se sabe, por exemplo, porque nem Lacerda nem o governo esclarecem, qual o montante da ajuda federal ao Estado. O mínimo que se sabe é que a União financia o Poder Judiciário, as polícias civil e militar e o Corpo de Bombeiros, assim como assume os encargos do Porto, aeroportos etc.

Mais desconhecidos ainda são os salários que Lacerda recebe de seus parentes, lanques pelos bons serviços prestados no golpismo e na traição ao País. Vejamos um dado, alertando que é somente a parte confessada, bem abaixo da realidade, portanto. Até julho deste ano, a "Aliança para o Progresso" deu oficialmente à Guanabara 45 milhões de dólares, o que, considerando o dólar apenas a 45 bilhões de cruzeiros. Enquanto isso, essa "ajuda" a todo o Nordeste, com vários Estados e problemas incomparavelmente mais sérios, alcançava a cifra de 93 milhões.

E não ficam aí as rendas de Lacerda. Podemos lembrar a generosidade dos bicheiros, dos contrabandistas e demais contraventores, além das inúmeras negociações com lotações, geradores, sucata etc., que, por motivos mais que óbvios, não podem ser medidos em números.

Comparações

Cresce o despropósito orçamentário da Guanabara, quando o comparamos às receitas de quatro outros

Estados, todos em fase de desenvolvimento:

Rio Grande do Sul: Cr\$ 58.993.041.800,00 (receita de 1963); Paraná: Cr\$ 51.000.000.000,00 (receita de 1964); Pernambuco: Cr\$ 14.550.219.600,00 (receita de 1963); Goiás: Cr\$ 13.166.711.093,00 (receita de 1963).

A soma dessas quatro receitas (Cr\$ 137.709.972.493,00) é inferior em mais de 70 bilhões à proposta de Lacerda para 64. Isto é, só com essa diferença seria possível financiar cinco Estados como Pernambuco ou Goiás, ou para aumentar em mais de 100% as receitas do Rio Grande do Sul ou do Paraná. Só o déficit previsto por Lacerda, aliás, é bem superior à arrecadação de Pernambuco ou Goiás.

O absurdo fermenta quando comparamos a Guanabara em território, população e problemas, aos Estados considerados. Como Estado, em extensão territorial, a Guanabara nem dá para a saída, não passa de uma aberração, de uma ficção geográfica. E em matéria de população temos aqui 1/5 dos quatro reunidos, que somam perto de 20 milhões, contra menos de 4 milhões na Guanabara.

Os problemas serão vistos em separado.

Gastos nos Estados

Enumeramos aqui, sem muitos comentários, alguns dos muitos problemas que todos os Estados têm a enfrentar.

— **Agropecuária:** todos gastam um dinheiro, com particular atenção, com o fomento animal e vegetal, a colonização (Goiás, por exemplo, tem vastas áreas inocupadas), defesa sanitária, irrigação etc.

— **Produção e abastecimento:** ingentes esforços são dedicados à produção de gêneros alimentícios não só para o sustento das populações locais como para a exportação para outros Estados, as vezes para o exterior; a Guanabara, nesse sentido, é um Estado-parasita, que vive dos outros, recebendo, por exemplo, arroz e trigo do Rio Grande do Sul, sob as provocações de Lacerda contra Brizola quando este era o governador daquele Estado;

— **Industrialização:** Lacerda recebeu a Guanabara já privilegiada nesse setor — se tomamos em

consideração, é lógico, o conjunto da Federação — e, enquanto os demais enfrentam seus primeiros obstáculos, aqui nada é feito para avançar;

— **redovias:** o surto de desenvolvimento que o País atravessa obriga todos os Estados a abrirem vias de comunicações, a transportar o progresso;

— **usinas hidrelétricas:** só o Paraná, no momento, está construindo quatro; na G. em matéria de energia, o que se conhece é o escândalo dos geradores S.A.I.E.K;

— **habitação popular:** nos Estados, isso é um problema que não diz respeito apenas à capital, mas sim a todo o território; ainda assim, valeria a pena realizar um estudo comparatório em profundidade e extensão entre o que está fazendo a administração Arraes tirando populações que vivem na lama para gar-lins habitação condigna, e o que faz Lacerda em itação às favelas, que só tem aumentado em número e população;

— **despesas e administrações com portos e aeroportos;**

— **financiamentos a todo o conjunto de municípios,** com suas questões específicas, inclusive políticas, em ligação com o Estado;

— **educação:** é outro capítulo que merece estudo à parte, comparando-se os esforços em Goiás, Rio Grande do Sul e Pernambuco com o que é feito na Guanabara; mesmo assim, devemos lembrar que as escolas, em torno das quais Lacerda faz tanta propaganda, nada têm a ver com o orçamento, com as verbas pretendidas, de vez que são financiadas pelos bicheiros, através da FOM (Fundação Otávio Mangabeira), conforme ficou esclarecido no inquérito realizado em 1961/62.

Vimos alguns problemas que envolvem gastos fantásticos em Estados que têm renda írisória comparada com a Guanabara. A diferença entre os problemas é gritante, bastando lembrar que a G. só tem a enfrentar questões municipais, de uma cidade onde está tudo concentrado, a mão.

Que problemas são esses? Como Lacerda os tem enfrentado, com os oceanos financeiros de que dispõe? Quais suas "obras"?

Será assunto para outra reportagem.

ÁGUA: LACERDA QUER QUE CARIOCA PAGUE TRÊS VÊZES MAIS

Com a reforma tributária pretendida pelo governo da Guanabara, o carioca passará a pagar Cr\$ 4.800,00 por mês, pela taxa mínima de água. Significa isso que: se atualmente paga Cr\$ 28.800,00 por ano, passará a pagar Cr\$ 57.600,00. E se consumir oitenta metros cúbicos, pagará... Cr\$ 115.800,00 por ano, o que corresponderá a Cr\$ 9.600,00 por mês. Ninguém poderá deixar de pagar essa taxa, que o governo tornou obrigatória mediante a exigência de prova de quitação com as tarifas de água e esgoto para uma série de atos jurídicos, como a compra-e-venda.

Esse aumento da tarifa de água foi imposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, por ter sido a condição sob a qual o Banco emprestou, ao governo de Lacerda, a quantia de 35 milhões de dólares.

Liberação de Aluguéis: Crime Contra o Povo

Despejos em Massa

Aluguéis Ficam ao Arbítrio Dos Proprietários

Ante a perspectiva de avulsar os imóveis, com apoio da lei, muito acima do valor real de seu custo — a fim de conseguir aumento dos aluguéis —, os proprietários moverão ações de despejo em massa contra os atuais inquilinos. E se, atualmente, o número de despejos atinge a 120 ações diárias no Foro, com a aprovação do projeto do líder da Maioria, essas ações ultrapassarão, por dia, o número de 1.200.

Os que, de início, vão ser atingidos por esse aumento serão os inquilinos cujos contratos de locação foram firmados há mais de três anos — isto é, precisamente aqueles que mais tiveram de pagar em decorrência da emenda que já em junho deste ano, aumentou os aluguéis. Porque, de acordo com esta emenda, o aumento foi diretamente proporcional à antiguidade do contrato de locação.

O projeto Tancredo Neves, em seu art. 4.º, único, item I, determina que a revisão judicial dos aluguéis poderá ser pleiteada pelo inquilino porventura ajustado, já houverem decorridos três anos do início da locação. Isto significa que, se aprovado, serão liberados os aluguéis de todos os imóveis alugados há três anos ou mais.

Por outro lado, segundo o art. 3.º, fica livre a esp-

liação do aluguel e encargos nas locações ajustadas após a publicação do projeto tornado lei. Desta maneira, fica aberto o caminho para a fixação de novos critérios, segundo os interesses do proprietário, para a estipulação dos aluguéis dos imóveis, derogando os critérios os estipulados na emenda apenas à Lei do Inquilinato ora vigente. Estes critérios, baseados na antiguidade de sua locação, parecem não ter satisfeito aos proprietários.

A GERÊNCIA DE PPS — problemas da paz e do socialismo solicita de seus assinantes, cujas assinaturas estejam terminadas, o obsequio de sua renovação, a fim de ser evitada uma possível interrupção nas remessas. Os novos preços das assinaturas são os seguintes: anual — Cr\$ 1.600,00 e semestral Cr\$ 1.000,00. Vantagens: bonificação de 10% e os números de outubro, novembro e dezembro e um folheto das Edições Paz e Socialismo, inteiramente grátis. Atende-se pelo Rembolsão, Correspondência e valores em nome de H. Cordeiro. Rua da Assembleia, 34, salas 204 e 304, Rio. Gb.

Uma ameaça que paira sobre o povo brasileiro: a liberação dos preços dos aluguéis. A iniciativa é do deputado Tancredo Neves, líder do Governo na Câmara Federal, e vem provocando, em todo o País, uma reação geral das camadas que serão atingidas, diretamente, e de modo brutal, por uma medida que só beneficiaria os especuladores da propriedade imobiliária.

A liberação dos preços dos aluguéis deve ser repudiada com energia, porque seu caráter é anti-social e seus efeitos, evidentemente, são danosos à economia das massas populares mais necessitadas e sacrificadas, cotidianamente, pela alta do custo de vida.

Como pretende, o sr. Tancredo Neves, liberar os preços dos aluguéis?

De 10 Mil Cruzeiros o Aluguel Pode Passar Para 60 Mil

O projeto Tancredo Neves, se aprovado, provocará um aumento assombroso dos aluguéis. Conforme estipula o item VII do art. 5.º, o inquilino deverá pagar anualmente até 12% do valor do imóvel à data do arbitramento.

Em primeiro lugar, decorrerá disto uma revalorização indiscriminada dos imóveis de aluguel, principalmente dos mais antigos, cujo valor original pago por seus proprietários foi quase nada. Com efeito, entre os pontos que devem ser atendidos para fixação do novo aluguel, não se inclui nenhuma especificação que dê o sentido de como se deve entender "valor do

imóvel" (ver item VI do art. 5.º). Não é por outro motivo, sem dúvida, que o projeto Tancredo Neves prevê o caso de o aumento poder ultrapassar até duas vezes mais que o aluguel vigente (§ 2.º do art. 5.º).

Em segundo lugar, a avaliação dos imóveis para fins de locação e revisão dos aluguéis ficará, no final das contas, ao arbítrio dos seus próprios donos, que sempre dispõem de maiores meios que os inquilinos para influir na decisão judicial através de técnicos bem pagos. Acresce que, vez por outra, o próprio juiz é também locador, e se coloca, por sua situação mesma, como cúmplice do proprietário que

pleiteia a revisão judicial. Finalmente — supondo-se que o inquilino venha a pagar, nos dias de hoje, até 12% anuais do valor do apartamento ou casa que reside na zona rural da Guanabara ou nas cidades-satélites tais como Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti, terá ele que pagar um aluguel fixado em torno de Cr\$ 30.000,00 mensais. Isto porque, mesmo ali, um imóvel atualmente não custa nunca menos de 3 milhões de cruzeiros. Dentro do mesmo raciocínio, um apartamento que hoje está alugado por 10 mil cruzeiros poderá vir a custar até 60 mil cruzeiros mensais.

São Paulo: Servidores Municipais Conquistam 60% e Abono de 10 Mil

São Paulo, (Da Sucursal) — Depois das greves de vários setores dos servidores públicos estaduais como ferroviários, pessoal do DER e DAE e professoras, alguns deles recorrendo a esta forma de luta pela primeira vez, tivemos agora a paralisação dos servidores públicos municipais da Capital.

Esses movimentos — vitórios todos eles — além das conquistas, de natureza econômica, reforçaram sobremaneira o movimento sindical em geral e a luta pela ampliação dos direitos democráticos. Vai sendo quebrado, por exemplo, o tabu de que servidor público não pode fazer greve, tornando claro para todos que urge derrubar os caducos dispositivos legais que pretendem tornar proibitivo a esses trabalhadores o uso de tal direito. E colocada também na ordem do dia outra reivindicação do servidor público: o direito de sindicalização. A existência de sindicatos não impediu que os servidores se organizassem, criando suas entidades. Essas organizações, apesar das resistências de parte de elementos como Ademar, Prestes Maia, etc., tornam-se cada vez mais forças que devem ser ouvidas como representativas de suas respectivas categorias. Ainda agora, como que numa ratificação da representatividade outorgada à sua entidade, mais de 900 trabalhadores da Prefeitura ingressaram como sócios na Associação dos Servidores Municipais de São Paulo.

Prefeito insensível
A questão do reajustamento salarial dos empregados da Prefeitura de São Paulo poderia ter sido solucionada de forma amigável não fora a intransi-

gência do sr. Prestes Maia. Aliás, nesse particular, acompanhando o governador Ademar de Barros, responsável principal, também, pelas greves de servidores estaduais ultimamente ocorridas.

Numa atitude incompreensível, em se tratando de político ou administrador (já que o sr. Prestes Maia tem verdadeiro pavor de que o comparem a políticos), que se considera atualizado, o alcaide paulistano recusou-se, desde o início, sequer a receber os diretores da Associação dos Servidores Municipais, que com ele pretendiam parlamentar. Serenidade e paciência não faltaram aos dirigentes da entidade representativa dos trabalhadores: desde junho (quase 6 meses) esforçaram-se eles para obter uma entrevista com o sr. Maia. Diante das evasivas e escorregadelas do Prefeito tentaram, inclusive, pegá-lo de surpresa no Ibirapuera. Em vão. De antenas sensibilíssimas, o homem presentiu estranhos rumores no ar e escapou pelos fundos.

70% de Reajustamento
Os diretores da Associação, porém, não pretendiam apresentar ao prefeito nenhuma solicitação descabida. Apenas pedido de reajustamento de vencimentos na ordem de 70%, com aumento mínimo de Cr\$ 25.000,00 e máximo de 70 mil cruzeiros. Diante dos levantamentos efetuados pelo Departamento de Estatística da própria Prefeitura e que apresentavam uma elevação no custo de vida no curso de um ano da ordem de 75,10% a exigência se apresenta perfeitamente justificada. Provou, também, a Associação, através de diversos documentos dados a público, existirem suficientes recur-

so financeiros em poder da Prefeitura para a composição daquelas melhorias. Semente com as economias acumuladas, do variadas maneiras, existe um saldo nas verbas de pessoal que atinge perto de 4 bilhões de cruzeiros — afirmava uma das notas emitidas pela citada entidade, comprovando, assim, a existência dos referidos recursos financeiros.

O prefeito, fugindo ao diálogo com os trabalhadores, dizia já ter decidido conceder reajustamento na base de 40% a partir de janeiro de 1964 e nada mais.

A "Grevinha"
Não restando outro caminho, os servidores deflagraram a greve. Da assembléia que tomou tal deliberação participaram 6.000 trabalhadores, que ocupavam várias dependências do Sindicato dos Metalúrgicos e espalhavam-se pela rua. A resolução de iniciar a greve, correspondente a um desejo ardente da maioria dos empregados da Prefeitura. Prova disso deu a enorme massa, rechaçando todas as propostas no sentido de que fosse dado novo prazo ao prefeito para decisão do assunto. Assim, na noite de 12 foi decretada a greve, com início marcado para a 0 hora do dia 13.

Poucas horas mais tarde, referindo-se ao movimento, declarava o sr. prefeito à imprensa tratar-se de uma "grevinha". Não obstante o pouco caso do sr. Maia, a "grevinha" foi-se estendendo até atingir a mais de 80% dos 32.000 funcionários municipais. Até a Câmara dos Vereadores foi afetada, com a adesão do seu pessoal, provocando verdadeiro reboliço. E que estava em discussão o Orçamento do Município, cujo

trâmite não poderia sofrer maiores atrasos. As repetidas ameaças de demissão dos grevistas não impediram o alastramento do movimento.

Invasão à Câmara
Não faltaram as costumeiras violências policiais dos apunhados do sr. Ademar. No primeiro dia registraram-se mais de 500 prisões de elementos integrantes das comissões que procuravam conseguir a adesão de colegas ao movimento. O sr. Duílio Domingos Martins, presidente da Associação dos Servidores, foi arbitrariamente detido, quando falava a companheiros seus, somente sendo libertado graças aos inúmeros protestos e à interferência de deputados federais e estaduais.

Ademar não demonstrou aquela enorme respeito que diz voar ao Legislativo, quando crítico a pressão popular ao Congresso Nacional para conquista das reformas de base. Informado de que os funcionários da Edilidade iriam aderir à greve, o governador para lá enviou um pelotão da tropa de choque. Irrompendo no saguão do edifício, os policiais foram empacando brutalmente todos os que lá se encontravam. O deputado federal Nicolau Tuma levou alguns empurrões e só não foi agredido a golpes de cassetetes porque declinou a sua condição de parlamentar.

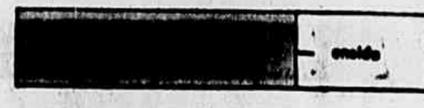
Acôrdio Depois de 5 Dias
Depois de 5 dias de greve, chegou-se a um acôrdio. Desempenharam papel destacado nos entendimentos os vereadores Rio Branco Paranhos e Molina Júnior sendo este, posteriormente agraciado com o título

de "Bócio Honorário" da Associação dos Servidores. Representando o sr. Prestes Maia, assinaram os vereadores Ary Silva e Emílio Meneghini, líder e vice-líder da situação, respectivamente.

O acôrdio foi firmado nas seguintes bases: 1 — reajustamento geral de vencimentos na ordem de 60% do padrão "B" ao padrão "K" e do padrão "L" em diante em escala decrescente a começar de 59% a partir de janeiro de 1964; 2 — abono provisório de Cr\$ 10.000,00 mensais, em novembro; 3 — elevação do salário família de Cr\$ 2.500, para Cr\$ 4.000,00; 4 — não punição dos grevistas.

Novas Campanhas
A Associação dos Servidores Municipais, assim como a Federação das Entidades de Servidores Municipais do Estado de São Paulo (que conta 175 organizações filiadas), após o término vitorioso da greve, decidiram prosseguir lutando em prol de novas conquistas. Uma das campanhas a ser intensificada, agora, é a de extensão ao servidor público de lei que concede o 13.º mês de salário. Este movimento será efetuado em conjunto com os servidores públicos federais e estaduais.

Vai ser ativada, também, a campanha pela reestruturação geral dos servidores. Nesse sentido, existe compromisso dos líderes da situação de que encaminharão os dirigentes da Associação ao prefeito, para entrega de estudo que a entidade realiza a respeito do assunto. Serão encetados movimentos para aprovação do "Estatuto do Servidor Municipal" e pela conquista do direito de sindicalização.



Trivial, Comum

Não é possível outro título para esta crônica. O assunto — que já foi comentado por muitos cronistas de vários jornais — é desses que não se pode deixar em branca nuvem. Trivial, comum, porque se trata de um homem que furto uma goiabada e, preso, processado, vai ser julgado. Um fato muito comum nesta sociedade na qual, o ladrão grande, — o dos cofres públicos, o do salário do trabalhador, etc. — esse jamais é apontado ou mesmo cogitado como ladrão. Mas, desgraçado do que furta pequenas coisas. Uma das primeiras ações que a imprensa auto-intitulada "sadia" faz quando um pobre alguém realizou ação pouca ou nada nobre, é chamá-lo imediatamente de indivíduo. O homem perde o direito até ao seu próprio nome e fica o indivíduo. Muitas vezes constatam que ele é inocente, mas continua indivíduo. Agora o caso da goiabada, que todos vocês já devem conhecer. Um operário saiu pelas ruas da cidade em busca de um emprego. Todos nós sabemos o que é nos dias de hoje a desemprego, numa cidade onde tudo é caríssimo. O homem veio naturalmente, com esperanças de sair daquela miséria e, passando por uma confeitaria em Copacabana viu dois pedaços de goiabada. Penseu quanto alegria daria (uns dizem aos filhos, outros dizem aos sobrinhos) às suas crianças se,

naquele dia, pudesse levar-lhes aquilo. Foi apanhado em flagrante. Contou sua história, da sua dignidade de homem e pediu aquela senhora cozinheira que ia passando, dinheiro para comprar a goiabada, ela disse: — vá procurar emprego que você é jovem e forte. E passaria com milhões de goiabada na bolsa. Alvaro — chamou-se o homem — foi preso, processado e vai ser julgado como ladrão de goiabada. Foram ver sua folha corrida: limpa. Mas, e a confeitaria de Copacabana que sofreu tão grande prejuízo? Dois pedaços de goiabada pesam muito no bolso de um dono de armazém ou confeitaria? Alvaro está, pois, na cadeia. O advogado — fornecido pelo Estado, em virtude de sua pobreza — pediu que sua prisão fosse relaxada, adiantando "que o crime consistia numa tentativa de furto insignificante". Pobre Alvaro, oprimido, ladrão de goiabada. O pior é que agora vai ser mais difícil sua vida; a sociedade que lhe nega emprego vai taxá-lo de ladrão para sempre.

Alvaro, Alvaro, ladrão de insignificâncias é sempre agitado com o delo. Você nem sabia disso, pois não? Veja como os grandes ladrões andam soltos em grandes e lindos automóveis.

Arraes Diz Que Precisamos Nacionalizar a Técnica

RECIFE (Do correspondente) — Importante discurso pronunciou o governador Miguel Arraes na sessão de abertura do XVII Congresso Brasileiro de Geologia, realizado no salão nobre da Escola de Engenharia, e que contou com a presença de cerca de 200 congressistas.

Depois de referir-se à urgente necessidade da regulamentação da Lei de Remessas de Lucros, o governador Miguel Arraes afirmou:

— "O que vemos no País são empresas estrangeiras remeterem para o exterior grande parte do trabalho do povo brasileiro, traduzido em dólares e outras moedas. Tomemos, por exemplo, a "Esso", que veio para o Brasil com um capital de apenas cinco milhões de dólares e, hoje, manipula e distribui quase todos os derivados de petróleo e remete, como as outras empresas estrangeiras, os lucros sobre o total do capital acumulado com os recursos obtidos em nosso País".

E prosseguiu:

— "Precisamos nacionali-

sar a nossa técnica, para que se evitem fatos ocorridos há tempo, quando a opinião de simples expertos conseguia convencer governos passados de que não existia petróleo no País".

— "O que vimos depois — afirmou — foi o petróleo jorrar abundantemente na Bahia, como há de jorrar em outros pontos do País. Por isso é que necessitamos formar técnicos que participem da luta por nossa emancipação, ajudando o povo a enfrentar o desajustamento e, por fim ao sobressalto que afoga e atormenta a sociedade brasileira, caracterizada pela inflação que cresce, hoje, sem limites".

O Fosfato de Olinda

Referindo-se ao fosfato de Olinda, que vem perdendo terreno devido ao preço do frete para o sul, disse o governador que o frete de uma tonelada do fosfato com destino a Santos custa, nada menos, de 19 mil cruzeiros, enquanto a mesma quantidade, embarcada da Florida, custa 6.500 cruzei-

ros (dólar a 650 cruzeiros), com uma agravante: o fosfato que importamos é pago em dólar!

O chefe do executivo pernambucano encerrou suas palavras dizendo que o atual Congresso de Geologia constituiu-se num acontecimento dos mais importantes que se registram em Pernambuco, justamente no momento em que o Brasil desponta para a sua independência total, agora que a consciência do povo firmou-se na defesa de nossas riquezas.

— "O que temos que fazer é obter conhecimentos de todos os povos do mundo — salientou — porque a ciência não é privilégio de homens nem de países, e sim um instrumento da Humanidade. Não poderemos nunca ser um País livre e totalmente emancipado se não dispusermos de nossos próprios técnicos, capazes de saber onde nossas riquezas se encontram, capazes de levantar o nível de vida do povo brasileiro".

Firmes os Ferroviários da Sorocabana: Violências de Ademar Caem no Vazio

Prosegue total a greve dos ferroviários da Sorocabana, iniciada aos 30 minutos do último dia 12. De nada têm adiantado as ameaças e os apelos aos trabalhadores e suas famílias por parte do governador Ademar, objetivando a volta ao trabalho sem a obtenção de suas justas reivindicações. O ânimo dos grevistas é cada vez mais elevado. As amplias dependências do Sindicato dos Ferroviários da Santos a Jundiaí, onde está instalada o QG da greve, permanecem dia e noite repletas de paredes e muitos seus familiares. Inclusive senhoras e crianças.

Constantemente, chegam comissões de trabalhadores de outros setores com sua solidariedade. Quando não está um orador na tribuna, houve-se números musicais e artísticos interpretados por ferroviários, com agrado geral.

Comércio contra Ademar
A demonstração de que o chefe do Executivo paulista está caracterizado como o responsável pelas greves, é o telegrama a ele enviado pelo sr. José Norberto Macedo, presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Sorocaba: "Face os gravíssimos prejuízos acarretados ao comércio por motivo da greve dos ferroviários da Sorocabana, decorrente de promessas feitas por v. exa. e não cumpridas; pela gravidade da situação que dia a dia se acentua com intensas repercussões na tranquilidade da família paulista; por não ter o governo encontrado a

solução para o caso que tende a se agravar, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Sorocaba protesta contra esse estado de coisas que bem reflete a incapacidade e a impopularidade do governo superado de v. exa".

Presos libertados
Foram recebidos de pé por 2.000 ferroviários que se encontravam no QG da greve, numa impressionante solidariedade e manifestação de carinho para com os seus líderes, os 5 operários da Sorocabana que haviam sido presos em Itu, pelo simples fato de terem ido àquela cidade confraternizar-se com os seus companheiros pelo êxito do movimento paralisado, dada a crescente unidade do movimento operário, pela primeira vez levava a Sorocabana a fazer uma paralisação total. Entre os detidos, encontra-se o combativo delegado da União dos Ferroviários da Sorocabana em São Paulo, Luiz Greco. Todos eles, presos sem que houvesse o menor motivo, pois não havia ninguém trabalhando, ficaram incommunicáveis no DOPS sem mesmo poder ler jornais.

Comunicado do Comando
Respondendo às acusações mentirosas do governador do Estado e do seu secretário dos Transportes, o sr. Dagoberto Sales, a direção do movimento expediu um comunicado assinado pelos líderes Guarino Fernandes dos Santos, presidente da União dos Ferroviários da Sorocabana, João C. Pais Furtado, presidente

do Conselho das Entidades da Classe da EFS e Celastino dos Santos, secretário do Pacto de Unidade dos Ferroviários. Diz o comunicado que "em relação à matéria paga mandada divulgar nos jornais pelo secretário dos Transportes, os dirigentes das entidades dos ferroviários cumprem o dever de responder-lhe a fim de estabelecer-se a verdade, que, a nosso ver, foi deturpada apenas com o objetivo de confundir a opinião pública e intimidar colegas menos avisados.

"Sobre as alegações de que teria sido surpreendido com a deflagração do movimento, o sr. secretário sabe perfeitamente que, com a devida antecedência, através de ofícios e notas pela imprensa, o governo vinha sendo alertado sobre o descontentamento reinante entre a classe pelo não cumprimento de assinaturas apostas em documentos, que de comum acordo entre os representantes da classe e os srs. diretor da Ferrovia e subdiretor-administrativo, foi fixada, mediante assinatura nos mesmos, a vigência para 1.º de março de 1963, da reestruturação".

"Em relação aos Estatutos dos Ferroviários — continua — o sr. secretário dos Transportes esquece-se de que os primeiros a não o cumpriram são a própria Secretaria e a Administração da Estrada, através das nomeações de servidores em padrões elevados, quando os mesmos Estatutos estabelecem que somente ocorram nos iniciais de carreira, lembrando outrossim, que se esquecem da falta de

verba quando determinam centenas de admissões nas ferrovias, muitas delas em funções inexistentes nos quadros da Estrada. A par com isso, o sr. secretário não tomou qualquer providência sobre a denúncia que lhe fizemos a respeito das promoções ocorridas em desrespeito ao Regulamento de Promoções dos Ferroviários (decreto 26.836, do sr. governador) pois não tiveram o acompanhamento da Comissão de Promoções e feriram outros itens do mesmo Regulamento. Desrespeitando, ainda, os Estatutos, admitindo candidatos inabilitados em exames efetuados na DES (temos fotocópias para comprovar)".

Diz ainda o comunicado que "alega o secretário de Transportes ser a greve proibida pelo decreto 9.070. Sem sermos juristas, verificamos que o decreto referido contraria fundamentalmente artigo constitucional que garante o direito de greve. Se a lei até hoje não foi regulamentada, não nos cabe culpa, mas não pode é evi-

dente, a vontade do sr. secretário, ou de quem quer que seja, violentar a vontade do povo, expressa nos Constituintes de 1946, em nossa Lei Maior, que, promulgada, deixou sem efeitos todos os decretos e atos que com ela colidisse, portanto, não parece que em casos de controvérsia deve haver arbítrio imparcial da Justiça e não é caso do sr. Miguel Reale, que, na qualidade de secretário da Justiça é parte do próprio governo. Na democracia esse arbítrio entendemos, é o Poder Judiciário".

"Por último — diz o comunicado — não tendo os meios financeiros suficientes para responder como pretendemos e estamos em condições de o fazer e com o objetivo exclusivo de esclarecimento da opinião pública e do próprio sr. governador, que nos parece estar muito mal informado sobre a verdade dos fatos, lançamos um repito ao senhor secretário dos Transportes para debate público nas emissores de rádio e televisão".

Ciclo de Conferências do CEPEN

Dando prosseguimento aos Ciclos que normalmente realiza, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional programou as quatro seguintes palestras, na ABI:

1.ª — "Nova fase da luta pelo Petróleo" — Professor Henrique Miranda.

Dia 26 de novembro, terça-feira, às 18 horas.

2.ª — "Café, um drama na economia nacional" — Economista Cid Silveira, do IBC.

Dia 3 de dezembro, terça-feira, às 18 horas.

3.ª — "Energia elétrica e desenvolvimento" — Comandante e engenheiro, Reinaldo Rodrigues de Carvalho.

Dia 10 de dezembro, terça-feira, às 18 horas.

4.ª — "Aspectos do problema agrário" — Economista João Pinheiro Neto, Superintendente da SUPRA.

Dia 17 de dezembro, terça-feira, às 18 horas.

As quatro palestras serão na Biblioteca da ABI (8.º andar) e após as mesmas haverá debates. A entrada é franqueada aos interessados.

Acaba de sair Declaração do Governo Soviético

(folheto)
(Resposta à declaração do governo chinês de 1.º de setembro de 1963)
Preço — Cr\$ 30,00

A venda pelos distribuidores de NOVOS RUMOS em todo o País.

Pedidos pelo reembolso postal (para 5 ou mais exs.) à:
EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.
Rua Leandro Martins, 74 — 1.º and.
Rio de Janeiro — GB (2C-05)

Excepcional oportunidade!
II Exposição do Livro Soviético
Período: até 15-12-1963

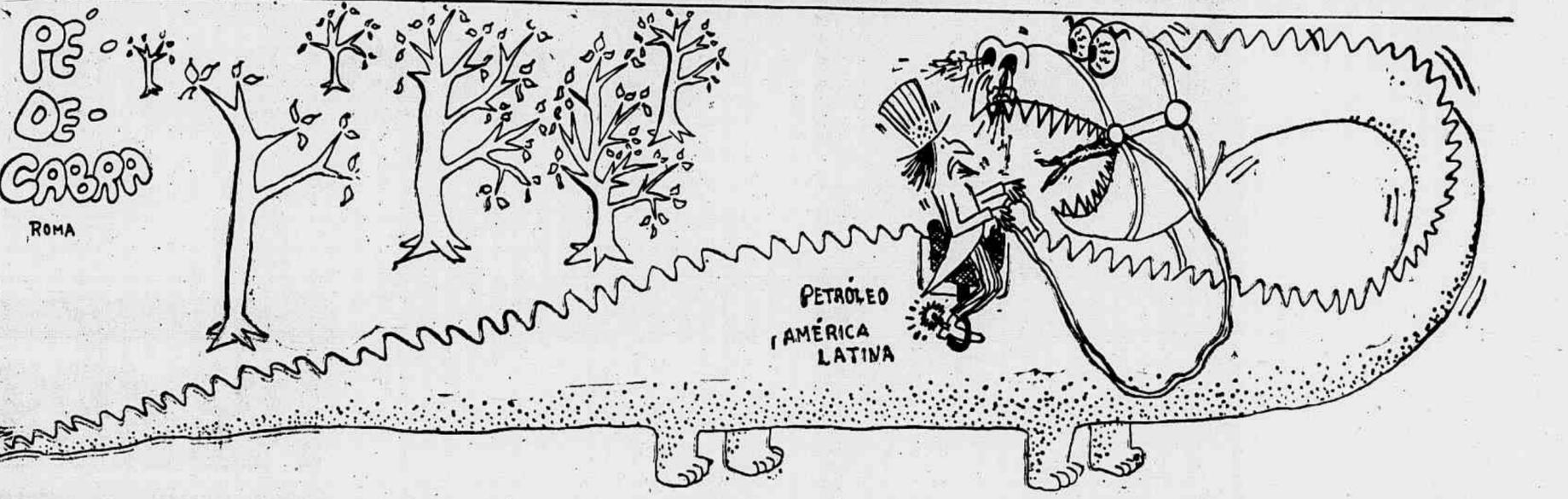
Temos a satisfação de informar aos nossos amigos e clientes que já se acha aberta a II EXPOSIÇÃO DO LIVRO SOVIÉTICO.

Durante esta exposição oferecemos 30% de desconto em todos os livros soviéticos e 10% nas assinaturas de revistas.

Albuns e livros de Arte para presentes do fim de ano!

Visite-nos ou escreva-nos sem demora! Tome conhecimento pessoal das fabulosas vantagens que oferecemos na venda de todo nosso vasto e variadíssimo "stock".

AGÊNCIA INTERCAMBIO CULTURAL
Rua 15 de Novembro, 228 — 2.º — a/209
SAO PAULO



Aliança Sem Máscara

A Espoliação

A REUNIAO do CIES, em São Paulo, as circunstâncias que envolvem a anulação dos contratos com as companhias petrolíferas na Argentina e as últimas manifestações de homens do governo e da imprensa dos EUA em relação à América Latina — especialmente à Argentina e ao Brasil — são novos testemunhos do caráter imperialista, espoliador e agressivo, das relações dos Estados Unidos com os países de nosso Continente. São, por isso mesmo, novas comprovações da necessidade de serem essas relações radicalmente substituídas, colocadas no plano da absoluta igualdade de direitos e do respeito recíproco à soberania nacional. Novas comprovações, portanto, da justiça da luta há tantos anos mantida pelas forças patrióticas — a luta pela emancipação nacional, pela nossa libertação em face do imperialismo norte-americano.

Os patriotas brasileiros não admitem que nosso País continue a ser espoliado pelos grupos financeiros ianques e, ainda por cima, veja a sua soberania exposta a toda sorte de violações e insultos os mais petulantes. Acabar com a dominação imperialista, exercer o direito de decidir plenamente sobre os interesses e os destinos de sua Pátria, afirmar de maneira absoluta a soberania nacional — é a aspiração e a exigência do povo brasileiro.

A REUNIAO do Conselho Interamericano Econômico e Social, encerrada na última semana em São Paulo, revelou com toda a clareza o engodo e o fracasso da Aliança para o Progresso, assim como os verdadeiros objetivos da chamada "ajuda" norte-americana à América Latina. As contradições entre a política de saque e espoliação dos trustes e do governo ianque, de um lado, e os interesses e anseios das grandes massas do Continente evidenciaram-se com suficiente clareza no transcurso dos debates.

Nos dois mais importantes discursos pronunciados na reunião do CIES se exprimiram, apesar das "conveniências diplomáticas", essas contradições. Referimo-nos, naturalmente, aos discursos do presidente João Goulart e do chefe da delegação norte-americana, Averell Harriman. Enquanto o sr. João Goulart deu especial ênfase à sangria que representam para os países latino-americanos as relações de troca não equivalentes, no comércio exterior, quase não se referindo à Aliança para o Progresso, Harriman afirmou que não passava de um embuste a insistência na necessidade de colocar em novas bases — não espoliativas — o comércio das grandes potências com os países subdesenvolvidos, fazendo a apologia da Aliança para o Progresso e da "ajuda" dos países imperialistas. Na li-

nha do discurso de Harriman, a maioria ameçada do CIES procurou por todos os meios impedir a aprovação de uma proposta brasileiro-argentina que tinha em vista a preparação dos países da América Latina para a Conferência Internacional de Comércio, convocada pela ONU e a realizar-se em março do próximo ano, em Genebra.

O discurso de Harriman — por sinal, publicado pela imprensa ianque com destaque muito maior do que o discurso do presidente da República — é uma afrontosa tentativa de justificação dos objetivos imperialistas da Aliança para o Progresso. Depois de afirmar, sem a menor cerimônia, que "muito mais foi feito nos primeiros anos do que é muitas vezes reconhecido pela opinião pública de nossos países", o conhecido negociador de Kennedy passou a refutar todo o enfocamento feito dos problemas do Continente pelas forças patrióticas de nossos países. Harriman fez questão de deixar perfeitamente claro que o objetivo perseguido pelo governo dos EUA, através da dita Aliança para o Progresso, é o escaçamento ainda maior de nossas portas aos investimentos privados norte-americanos e, desse modo, a continuação e aumento do saque a que nos submetem os trustes ianques, e cujos resultados se traduzem no atraso, na miséria, na ignorância e nas doen-

ças que marcam como chagas os nossos povos.

Disse Harriman: "A Carta da Aliança em si reconhece a necessidade de promover, por meio de medidas adequadas, condições que encorajariam o fluxo de investimento estrangeiro", acrescentando que o presidente Kennedy já propôs a concessão de favores fiscais a investidores dos EUA que desejem aplicar capitais na América Latina e outros países subdesenvolvidos. Ceticamente, afirmou Harriman que "a maioria das companhias estrangeiras que entram na América Latina têm alta consciência de suas responsabilidades no crescimento econômico e abrirão o caminho para reolocar uma parte razoável de seus lucros na economia nacional". E ainda, em tom de "diplomático" advertência: "O auxílio público exterior e os recursos nacionais não serão suficientes para preencher a necessidade de capital da América Latina, a modernização técnica e as técnicas administrativas. Discutir meios de financiar desenvolvimento industrial sem incluir o investimento estrangeiro privado é deixar de lado o elemento mais energético de crescimento".

O discurso de Harriman não deixa qualquer dúvida quanto ao verdadeiro sentido da Aliança para o Progresso e de toda a política do governo norte-americano em relação aos países da América Latina. O emissário

de Kennedy é, ao mesmo tempo, e inseparavelmente, um agente dos grupos imperialistas, um advogado da espoliação de nossos países pelos grandes trustes ianques.

Os fatos mostram precisamente o oposto do que diz Harriman, desde que o problema seja encarado do ponto de vista de nossos interesses nacionais e não do ponto de vista rapace dos trustes.

No que se refere ao comércio exterior — às trocas não equivalentes — bastaria o depoimento absolutamente insuspeito de um homem como o sr. Roberto Campos, publicado domingo último no "Jornal do Brasil". Mostra o autor do famigerado memorando de compra da Bond and Share que, tomando-se apenas o exemplo do café, e comparando-se os preços que recebemos por saca em 1953 e 1960, verificamos que a receita cumulativa potencial que o Brasil deixou de auferir monta a 2,6 bilhões de dólares". E adiante: "A partir de 1959 elas representam cerca de 500 milhões de dólares anuais, receita que nos teria bastado amplamente para resolver todos os nossos problemas de balanço de pagamentos e ampliar substancialmente a taxa de importações indispensáveis ao processo de desenvolvimento econômico". No mesmo período — prossegue o sr. Roberto Campos — o Brasil recebeu a título de aju-

da econômica norte-americana 1,6 bilhão de dólares. Naturalmente, aí está apenas uma parte da verdade, pois outros aspectos teriam que ser lembrados: o crescimento de preços dos produtos importados, o caráter espoliativo da chamada ajuda econômica, as fraudes cambiais, a subordinação política ao governo dos EUA, etc. Bastam, contudo, os dados divulgados pelo sr. Roberto Campos para justificar as perzuntas: serve ou não aos trustes o sr. Harriman quando sonha os fatos referentes ao comércio exterior e exalta a "ajuda" ianque? Temos ou não razão quando dizemos que o comércio com os Estados Unidos é uma fonte de espoliação do trabalho de nosso povo?

Quanto aos investimentos estrangeiros, também exaltados pelo representante de Kennedy, bastariam os dados recentemente mencionados pelo próprio presidente João Goulart em seu memorando ao prof. Darcy Ribeiro. Nesse documento, mostra o sr. Goulart o monstruoso saque de que temos sido vítimas por parte das corporações imperialistas estrangeiras, que investem uma ninharia de dólares e, graças aos reinvestimentos e aos escandalosos favores concedidos pelos sucessivos governos, remetem anualmente milhões e milhões de dólares para as suas matrizes no exterior. Lembra o presidente Goulart, em seu memorando, denúncias que

haviam sido feitas por Vargas e que contribuíram para criar o clima de golpe que o levou ao suicídio. Denunciava Vargas, por exemplo, que em 1930 estavam oficialmente registrados no País, como capital estrangeiro, 25 bilhões e 130 milhões de cruzeiros, mas que, desse total, só haviam realmente entrado do exterior como investimentos 9 bilhões e 417 milhões de cruzeiros. A fabulosa diferença — mais de 15 bilhões e 700 milhões de cruzeiros — embora fosse oficialmente considerada capital estrangeiro e gerasse lucros mandados para fora, era realmente capital brasileiro, formado em nosso País. Diante de tais fatos, pode-se perguntar: a defesa feita por Harriman dos investimentos estrangeiros é ou não a defesa da espoliação de nosso País pelos trustes imperialistas? Uma vez que a Aliança para o Progresso é uma política que se espóia no maior escancaramento das portas ao capital estrangeiro, não é claro que se trata de uma política de espoliação e de saque?

Em resumo, foi com esse objetivo que a OEA — ou, como também é chamada, o Ministério das Colônias dos EUA — reuniu em São Paulo o CIES: para justificar a Aliança para o Progresso, para justificar e redobrar a espoliação dos países latino-americanos pelos imperialistas dos Estados Unidos.

Petróleo Argentino

O governo argentino, depois de várias semanas de intensa expectativa, divulgou os decretos firmados pelo presidente Illia, que cancelam os contratos estabelecidos por Frondizi com as empresas petrolíferas estrangeiras, notadamente norte-americanas.

Essa medida foi saudada pela imensa maioria do povo argentino e pela quase unanimidade da imprensa local, bem como dos partidos políticos. Mas também repercutiu intensamente em todos os países da América Latina, cujos povos acompanham com vivo interesse a importante luta travada pelo governo e o povo argentinos para resistir às pressões e ameaças abertas e escandalosas de Washington, no sentido de impedir a concretização daquele ato de soberania.

Não puderam os EUA prosseguir, por mais tempo, nas chamadas manobras diplomáticas silenciosas, sutis. Aos entendimentos da embaixada ianque em Buenos Aires — que não tiveram qualquer êxito — seguiu-se a pressão clara, ostensiva, as ameaças diretas contra o novo governo. Kennedy mandou a Buenos Aires uma importante figura de seu governo, chefiando uma numerosa delegação. Seguiu para a capital argentina o homem que firmara o Tratado de Moscou, o secretário Averell Harriman. O jogo, a partir desse momento, passou a ser feito abertamente.

Está claro que o jogo aberto implicava na formulação de ameaças, ostensivas ou veladas. Entre elas surgiu logo a de suspensão da "ajuda" da Aliança para o Progresso e da aplicação da lei que impede a concessão de auxílio aos países que fazem qualquer restrição aos capitais norte-

americanos. Ao mesmo tempo, essas pressões e ameaças ganhavam completa cobertura na imprensa norte-americana.

Mas as ameaças não vinham apenas de Washington. Dentro do país, seus agentes foram lançados em defesa das empresas. Nesse sentido, assume maior relevo o papel representado por ministros de governos anteriores, como o de Guido, e a posição de Frondizi — maior responsável pelos contratos — que saiu a campo, com seu partido, para acusar Illia, responsabilizando-o pelo "caos econômico" que adviria da medida tomada: retração dos investimentos; estagnação da economia; paralisação dos negócios; desemprego, fome e inflação.

Utilizou Frondizi, com poucas variantes, os mesmos argumentos da imprensa ianque e de vários gorilas argentinos, alguns dos quais também fizeram pronunciamentos públicos. No entanto, Frondizi não conseguiu contestar a ilegitimidade do ato que assinara — sem audiência do Congresso. E muito menos, as acusações sobre a sangria que representaram para a economia argentina os contratos ora anulados.

As coisas ficaram ainda mais claras diante da ofensiva do governo Illia. Logo após a divulgação dos decretos, foi anunciado que as empresas seriam indenizadas, mas haveria compensações justas: dos prejuízos causados à Argentina pelas companhias. E Illia levou logo à Corte Federal o problema dos contratos, pedindo a esse Tribunal que ordenasse às empresas a devolução de todos os pagamentos que

le foram feitos pelo Estado nos últimos cinco anos. Exige também o pagamento dos impostos (os contratos as isentavam de tributos), além dos prejuízos por danos causados aos lençóis petrolíferos, perda do petróleo devido a armazenagem mal feita, etc.

Essas medidas jurídicas, que constituem na prática uma séria denúncia da espoliação imperialista, tomaram de surpresa as empresas, bem como as fontes diplomáticas, ao que se anuncia. E já os técnicos da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) iniciaram o inventário das empresas, o exame de sua contabilidade, a inspeção das operações de perfuração. Ao mesmo tempo, procuram eles garantir — e para isso estão autorizados a utilizar a Força Pública — a continuidade da produção petrolífera.

Pode-se afirmar que agora se inicia o período mais grave, para o governo e o povo argentinos, cuja resistência será posta à prova. E isto é mais fácil de perceber, quando se sabe que Kennedy entrou abertamente em cena, na defesa dos interesses da Standard Oil e de outras empresas americanas.

Em discurso pronunciado na reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Miami, mostrou Kennedy, com toda a clareza, que os interesses da Standard confundem-se com os dos EUA, ao dizer, textualmente, referindo-se à Argentina, que "nenhum país tem o direito de violar os direitos de outro que atua dentro de suas fronteiras, respeitando as normas do Direito Internacional." O grifo é nosso — NR). No entanto, essa não foi a mais grave decla-

ração de Kennedy. Num claro aceno aos seus agentes, aos gorilas e reacionários argentinos e de toda a América Latina, preconiza abertamente a derrubada dos governos que resistam ao imperialismo.

O Comitê Central do Partido Comunista da Argentina dirigiu manifesto ao povo, analisando os últimos acontecimentos e exigindo a nacionalização do petróleo, sem qualquer indenização. Depois de denunciar as pressões internas e externas que vem sofrendo o governo, desde que anunciou seu propósito de cancelar os contratos, e mostrar que todas as forças antinacionais e antipopulares agruparam-se para defender os interesses das empresas petrolíferas, o CC do PCA conclama todas as forças patrióticas, sem exceção, a coordenarem sua ação. Acrescenta que "o governo de Illia deve saber que, se mantém sua decisão de anular os contratos, pode contar com o apoio da classe operária e do povo, de todos os democratas e patriotas". Exige também o PCA a nacionalização, sem qualquer indenização, de todos os setores decisivos da economia nacional. A seguir, faz um chamamento às forças patrióticas para que realizem demonstrações em favor da nacionalização, aos sindicatos para que tomem a iniciativa de coordenar ações, a todas as organizações políticas, culturais, sociais e estudantis, para juntar seus esforços no mesmo sentido.

"A unidade de ação — conclui o documento — e a consequente mobilização profunda e ação energética do povo argentino podem ganhar uma batalha muito importante para o futuro da Nação, qual seja a batalha pela nacionalização do petróleo."

Kennedy Ameaça

DAS AMEAÇAS feitas pelo *Washington Post* ("O presidente Illia coloca-se entre o suicídio econômico e o suicídio político") à ameaça anunciada por Kennedy em seu discurso aos milionários da Associação Interamericana de Imprensa, segundo a qual o governo dos Estados Unidos está decidido a intervir em qualquer país do Continente "que precise de ajuda, a fim de impedir o estabelecimento de um sistema ligado à política do comunismo estrangeiro" — esta foi uma semana em que se verificou uma extraordinária intensificação das pressões partidárias dos círculos dominantes dos Estados Unidos contra os países da América Latina.

Sobre dois alvos principais concentram-se essas pressões: a Argentina e o Brasil. Quanto à Argentina, são

divulgos os motivos. O presidente Arturo Illia, dando seguimento aos compromissos assumidos na campanha eleitoral, adotou uma série de medidas que atingem os escandalosos privilégios concedidos por Frondizi aos grandes trustes do petróleo, em particular os norte-americanos. As providências tomadas pelo governo platino visam o fortalecimento da empresa estatal YPF — a Petrolífera Argentina — e, assim, a defesa dos interesses nacionais do País. Antes mesmo de serem formalizadas os atos, desencadeava-se nos EUA uma tremenda pressão sobre Illia. O representante pessoal de Kennedy — Harriman — foi portador de advertências e intimidações. Defendeu com tal ênfase e arrogância a causa dos monopólios ianques que, informam os jor-

nais, um ministro argentino da Economia, Eugenio Blanco, lhe fez a pergunta: o sr. fala em nome do presidente Kennedy ou em nome das empresas norte-americanas? É claro que, a rigor, a indagação não tinha cabimento, desde que é impossível separar o presidente dos EUA e os trustes que o elegeram e nele têm um agente de seus interesses.

Ao mesmo tempo, uma tempestade de ameaças e ataques desabava sobre a Argentina na imprensa norte-americana. Jornais como *New York Times*, *Washington Post*, *Miami Herald*, *Wall Street Journal* e outros porta-vozes dos trustes referiam-se e continuam a referir-se em termos os mais insultuosos ao governo e ao povo argentinos. Que querem eles? Que se mantenham os privilégios espoliadores dos

trustes do petróleo, em prejuízo da economia, do desenvolvimento e da independência do país ianque. Queiram manter intacto o saque imperialista.

Insultos e ameaças vêm sendo também dirigidos com especial virulência, nos últimos dias, contra o nosso País e o governo do sr. João Goulart. O *New York Times* trata o presidente da República como um simples demagogo, "que responsabiliza todo o mundo, menos o seu próprio governo" pelo que vem acontecendo no Brasil.

Esta semana, contudo, a pressão dos círculos imperialistas sobre o nosso País tornou-se mais repulsiva quando passou a ser feita também por um apátrida nascido no Brasil — o diretor do jornal "Estado de São Paulo", entronizado Júlio de Mesquita Filho. Fazendo na Associação Interamericana de Imprensa — para o mesmo auditório diante do qual Kennedy ameaçou a América Latina com a intervenção militar — esse infame aristocrata do café teve a audácia de declarar que o sr. João Goulart será derrubado por um golpe, nos próximos meses "como aconteceu com o ditador Getúlio Vargas, em 1955". Ora, todo o povo brasileiro tem na lembrança o que aconteceu em 1945: uma conspiração abertamente insuflada e dirigida pelo embaixador norte-americano A. Berk Jr., depois pela força o presidente Vargas. E o que queriam repetir, hoje, os agentes brasileiros do novo Berle — o embaixador Lincoln Gordon. O apátrida Mesquita com um descaramento talvez maior ainda que o de Lacerda, pede aos

americanos, como um desprezível sabujo, que ele não demorem em "agir".

Que há por trás dessas pressões? Entre outros elementos, há o discurso pronunciado pelo sr. Goulart na reunião do CIES e o compromisso publicamente assumido por JG de decretar uma regulamentação da lei de remessa de lucros que atenda aos legítimos interesses nacionais, isto é, que limite as remessas de lucros a um teto de 10% sobre os capitais efetivamente originários do estrangeiro.

Essa pressão está sendo exercida pessoalmente por Harriman, o enviado de Kennedy, que manteve entrevistas com o presidente Goulart, nas quais discutiu, segundo o noticiário dos jornais, os problemas das concessões de serviços públicos e da lei de remessas

— assuntos de nossa exclusiva competência e decisão, problemas de soberania nacional.

Os patriotas, em face dessa pressão, devem estar, mais do que nunca, vigilantes e mobilizados, para repulgar essa intromissão imperialista em nossos assuntos internos e não admitir que o Governo nos dê para os problemas, em face de nenhuma outra solução que não seja a exigida pelos interesses do Brasil.

NOVOS RUMOS